



Centro Universitário de Brasília – CEUB

Faculdade de Ciências da Educação e Saúde - FACES

Curso de Psicologia

Mateus Vieira de Faria

Reflexões entre psicanálise e transexualidade.

BRASÍLIA (DF)

2023

Centro Universitário de Brasília – CEUB
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde - FACES
Curso de Psicologia

Mateus Vieira de Faria

Reflexões entre psicanálise e transexualidade.

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, para obtenção do grau de bacharel em Psicologia.

Professor-orientador: Prof. Dr. Juliano Moreira Lagôas

BRASÍLIA (DF)

2023

Mateus Vieira de Faria

RA - 21707332

Reflexões entre psicanálise e transexualidade.

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, para obtenção do grau de bacharel em Psicologia.

Brasília ____ de ____ de 2023

Banca examinadora

Prof. Dr. Juliano Moreira Lagôas

Orientador

Profa. Me. Livia Campos e Silva

Prof. Dr. Guilherme Freitas Henderson

às trishas, mésblicas e insubmissos(as).

AGRADECIMENTOS

Às mulheres que me ensinam a ser homem: Rita, Vânia, Raquel, Aurora, Wilma, Maria. Aos homens que me ensinam a ser menos masculino e mais feminino: Deno, Reuben, André e Bertolino. A aquele que com respeito e audácia me compreende e tem amor por mim onde nem eu mesmo tenho: André. Às amigas que mostram que o meu feminino importa e me incentivam: Manu, Lígia, Lara, Lucélia, Dani C., Dani C. de novo, Luana, Moca, Narciza, Ana, Dani P., Tamara, Taisa, Lidi, Serena e Marta, sempre. Aos amigos que mostram que a garotice não tem limite: Ian, Jacques, Ezio, Cleber, André, Lucas, Titi, Jarbas, são tantas... À memória do Danilo que, se hoje vivo, seria uma garota linda, viva Dandara Gipsy Queen! À Alex que se vivo seguiria rompendo com as normas. Àquela bicha que encontrei na primeira vez que fui a um boteco gay, aos 15, e me desejou o que hoje se realiza: fada. Às travestis que me protegiam na rua, às travestis que abriram espaço e sofreram para que eu pudesse ser um homem gay em 2023. À noite que vem atropelando todos os chatos desanimados: você me forjou!

Ao professor Dr. Juliano, que me ensinou que onde não se pode chegar voando, se chega mancando, agradeço a compreensão.

Por último e não bastante, nunca bastante, a mim por ter sobrevivido a tanto e seguir vivendo apesar de. Confia e faz, o caminho vem aí. Acima de tudo e ao meu lado agradeço a Seu Tiriri, Dona Sete e a minha cigana, tímida, que quando eu quis, eles não permitiram: Laroyê! À Oxum por me mostrar que há doçura na guerra e tenacidade no cuidado: Yιά Omi, Yê Yê Ô. À Ogum por me mostrar a forja das ferramentas certas, Patacori! À Oxaguiã e sua força conciliadora, na destruição pela renovação, Epa Babá! Eu não ando só e vou aprender a ler para ensinar meus camaradas.

Ori, ô!

haverá festa com o que restar

mallmann

RESUMO

Considerando que as experiências subjetivas na transexualidade são forjadas na cultura, no âmbito das estruturas de poder, este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo geral discutir a transexualidade na atualidade, buscando compreender os processos de subjetivação na transexualidade. A hipótese é a de que a psicanálise oferece aproximações teóricas para a análise da formação das subjetividades na transexualidade. Três objetivos específicos são delineados para discutir as possíveis conexões entre a transexualidade e a psicanálise: analisar os processos de formação da subjetividade de pessoas trans desde a teoria da sexualidade freudiana; analisar as relações entre o patriarcado e suas relações de poder; e investigar sobre as articulações entre a psicanálise e os estudos de gênero. A pesquisa adotou metodologias psicanalíticas conforme Pinheiro (2019) e Lameira *et al.* (2017). Pinheiro descreve a pesquisa em psicanálise e destacam a interação entre clínica e teoria como base do método. Ao utilizar essa metodologia, o pesquisador internaliza uma base teórica que guia sua prática clínica, identifica lacunas conceituais que se transformam em questões a serem pesquisadas. Lameira *et al.* (2017) complementam ao ressaltar que o trabalho teórico aprimora a experiência clínica, sendo essencial para a psicanálise. Ambas as perspectivas convergem ao enfatizar a interação dinâmica entre prática clínica e teoria na pesquisa psicanalítica. Nesse sentido, este trabalho discute a transexualidade considerando as perspectivas dos estudos de gênero e da teoria psicanalítica ao longo de seus capítulos. Ao apresentar a teoria da sexualidade freudiana, o trabalho aproxima a noção de sexualidade, em Freud, e transexualidade, a partir da produção científica contemporânea, e observa que ainda se faz presente a noção patológica sobre sexualidades desviantes à diferença sexual. Contudo, trabalhos recentes discutem as aproximações entre a psicanálise e o discurso do Outro, esse enquanto um discurso normativo estruturado na ordem patriarcal. Esses trabalhos apontam que há uma rachadura na estrutura do patriarcado que vulnerabiliza e isola esse discurso quando confrontado com outras produções de saber, como os estudos de gênero. Da aproximação entre psicanálise e patriarcado e da compreensão acerca da necessidade em repensar essas estruturas, o efeito adverso a essa demanda é a manutenção dos processos de violência e violação que conservam a hegemonia do patriarcado em sua lógica coercitiva e ocasiona o sofrimento psíquico em pessoas transexuais. Ao questionar alguns postulados da psicanálise, os estudos de gênero inauguram um percurso teórico que interroga a teoria psicanalítica sobre sua posição conservadora frente às mulheres, pessoas transexuais, gays e lésbicas. Em uma primeira cena, a psicanálise parece esquecer de seu argumento fundante, o de pensar o sujeito a partir de seu inconsciente ao dizer que o saber sobre o inconsciente do sujeito está posto e é de domínio dos psicanalistas. Mesmo que o sujeito desconheça sua própria casa, é nela que ele é forjado: onde não se pensa, é. Assim os sujeitos dão notícias sobre a casa que habitam e uma frente psicanalítica brasileira se esmera em pensar o sujeito a partir das manifestações do inconsciente, esse que desconhece a diferença, para descentralizar o sujeito a partir das questões singulares às transexualidades e às demais sexualidades dado que o saber sobre o sujeito é distinto e particular. Nessa perspectiva, psicanálise e estudos de gênero se aproximam na finalidade de desagregar, cada prática à sua maneira, os enlaces em que se forjam as categorizações de gênero para possibilitar o surgimento do sujeito em suas singularidades, transexuais ou não.

Palavras-chave: psicanálise, transexualidade, gênero, patriarcado

SUMÁRIO

Introdução	9
Do surgimento da sexualidade na prática clínica de Freud à transexualidade	17
Formação da sexualidade na infância	20
Histeria	22
Transexualidade	30
A esfera patriarcal e seu diálogo com o Outro	35
Aproximações entre estudos de gênero e psicanálise	50
Considerações finais	64
Referências bibliográficas	69

Introdução

Em um mundo em constante transformação, marcado pela diversidade de identidades e expressões de gênero, a discussão psicanalítica em torno da transexualidade emerge como um ponto de reflexão. Este trabalho monográfico propõe-se a explorar as complexidades que permeiam a vivência na transexualidade, com foco nos processos de subjetivação frente às discriminações e preconceitos, barreiras de acesso a serviços de saúde, jurídicos e administrativos e à marginalização social, os quais transcendem as fronteiras do psíquico e alcançam os âmbitos ético e social. Adicionalmente, almeja-se investigar os intrincados processos de formação da subjetividade trans sob a perspectiva do conceito psicanalítico de desejo. Ainda serão abordados os desafios éticos, sociais e psicológicos que emergem nesse cenário.

Arán (2009) conceitua transexualidade como um intenso sentimento de desvinculação ou não identificação com o sexo anatômico, sem a manifestação de distúrbios delirantes ou fundamentos orgânicos, como hermafroditismo ou outras anomalias endócrinas. A autora afirma que a transexualidade se alicerça a partir de dois dispositivos, o primeiro diz respeito ao avanço da biomedicina e suas técnicas hormonais e cirúrgicas; e o segundo ligado à significativa influência da sexologia na formação da noção de identidade de gênero como uma construção social desvinculada do sexo natural ou biológico (Arán, 2009).

Importa elucidar que a escolha pelo uso do termo transexualidade se sustenta em Porchat e Ofsiany (2018) quando enunciam que essa palavra, cunhada por Ayouch, em 2016, abrange uma maior diversidade de construção de gêneros, ao mesmo tempo em que foge de termos concebidos no âmbito médico, como transexual e travesti.

Jorge e Travassos (2017) demonstram que foi o médico generalista David O. Cauldwell quem cunhou, em 1949, o sintagma *psychopathia transexualis*, em artigo

homônimo publicado na revista *Sexology*. Na oportunidade, definiu a “psicopatia transsexual” como o mais incomum dos desvios sexuais, consubstanciado no desejo mórbido patológico de ser um indivíduo completo do sexo oposto: “Esse desejo é tão forte que o indivíduo insiste em — mesmo sendo impossível — submeter-se à cirurgia que o transformaria numa mulher completa, ou ela num homem perfeito” (Jorge & Travassos, 2017, p. 309).

Assim como na história da medicina, ao longo da história da psicologia e da psicanálise, as transexualidades foram percebidas como fenômenos sociais e transtornos patológicos sob o estigma da disforia de gênero¹. Nesse contexto, a psicanálise não escapou às formações discursivas de sua época, inscrevendo-se na linguagem direta da psiquiatria (Ayouch, 2015). No entanto, há muito a psicanálise realiza seu exercício de maneira particular e distinta da medicina, na medida em que “depende da abertura que ela (a psicanálise) saiba manter para o novo, trazido continuamente pelo aprofundamento da especificidade de sua experiência” (Jorge, 2022, pp., 14-15).

No contexto da pesquisa acadêmica em psicanálise, Pinheiro (2019) aborda a soberania da clínica em relação à teoria, destacando como esta última se reavalia e se reconstrói a partir das demandas da prática clínica. A respeito desse fenômeno, a autora afirma que o exercício da clínica nos indica a insuficiência desse saber teórico. “Há, então, a emergência de uma dúvida, uma questão, que nos movimenta no sentido de querermos saná-la, de entendermos melhor o que está em jogo...” (Pinheiro, 2019, p. 18). Este entendimento ressalta a dinâmica intrínseca entre a teoria e a prática clínica, caracterizada

¹ Segundo o Manual MSD, a disforia de gênero se manifesta quando alguém enfrenta uma angústia profunda ou dificuldades significativas em função de uma sensação duradoura de que o sexo designado ao nascimento não está alinhado com sua identidade interna de gênero, que pode ser masculina, feminina, uma mistura dos dois, neutra ou outra identidade. Disponível em <https://www.msdmanuals.com/pt-br/casa/dist%C3%BArbios-de-sa%C3%BAde-mental/disforia-de-g%C3%AAnero/disforia-de-g%C3%AAnero>

pelo impulso que a experiência no campo clínico confere à revisão e ao aprimoramento contínuos da base teórica.

Nessa perspectiva, importa refletir sobre a transexualidade em espaços institucionalizados de transmissão de ensino e saber, tais como as universidades, bem como sobre a produção acadêmica e científica articulada à psicanálise, haja vista a relevância da produção teórica desenvolvida nesses espaços para o desenvolvimento da teoria e das práticas psicanalíticas.

Sobre a relação entre psicanálise e transexualidades, Dunker e Cossi (2022) apresentam diferentes perspectivas. Por um lado, a psicanálise é vista como uma abordagem que associa a transexualidade a transtornos e disforia; por outro, trabalhos mais recentes buscam compreender as experiências das transexualidades a partir da precariedade de suas vivências, da rejeição familiar, da ausência de assistência médica e da exclusão social (Ambra, 2016; Ayouch, 2015; Cossi, 2014; Porchat, 2014). A perspectiva freudiana sobre a sexualidade nos possibilita, então, compreender os caminhos existentes no trabalho analítico e localizar os pontos de convergência e divergência entre a psicanálise e as transexualidades.

Na escrita de *Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade*, Freud (1905/2016) inaugura conceitos fundamentais sobre a sexualidade humana ao questionar a noção tradicional de sexualidade, contrapor o que é normal e patológico e introduzir o conceito de pulsão (Jorge, 2007, p. 30). Segundo Padilha Neto e Cardoso (2012), as ideias inaugurais de Freud sobre a sexualidade como “disposição perverso-polimorfa, zona erógena e libido configuram-se como porta de entrada para a compreensão da vida psíquica” (Padilha Neto & Cardoso, 2012, p. 530) afastam a ideia estritamente genital, de cunhos biológico e médico. Ao sublinhar a sexualidade fora do contexto médico predominante em sua época, Freud (1905/2016) introduz a ideia de que a sexualidade está enraizada em um corpo que vivencia, tanto no aspecto físico quanto no psíquico, as lacunas e os desamparos do cotidiano.

Nessa perspectiva, é possível refletir sobre os processos de subjetivação dos indivíduos por meio de suas manifestações do inconsciente. Ao explorar as complexidades da mente humana e a interação dinâmica entre o consciente e o inconsciente, Freud (1905/2016) propôs uma visão mais abrangente da sexualidade, além das fronteiras impostas por perspectivas estritamente médicas.

Ao inaugurar o pensamento sobre a diferença sexual, Freud (1905/2016) apresenta o conceito como uma ausência na representação feminina e uma presença na representação masculina, centrada no pênis como objeto de desejo e inveja para a representação feminina. Esse binarismo na concepção da diferença sexual, baseada nos elementos do falo e da castração, é enfatizado por Pombo (2018), que ressalta a centralidade do falo na diferenciação simbólica dos sujeitos. Essa perspectiva freudiana estabelece a dicotomia entre aqueles que são considerados fálicos (homens) e aqueles percebidos como castrados (mulheres).

Portanto, sob a ótica da psicanálise freudiana, a sexualidade desempenha um papel significativo no sofrimento e no adoecimento psíquicos por ao menos duas razões fundamentais: porque a sexualidade humana não é estritamente determinada pela biologia e, portanto, é influenciada por experiências individuais e contextos socioculturais; e devido à sua manifestação precoce e à necessidade de defesa dos impulsos sexuais, o que aumenta a propensão às neuroses, já que esses impulsos podem buscar outras formas de expressão (Nápoli, 2022).

Enquanto produtor de uma gramática de identidades e distribuição de papéis – homem, mulher, pai, mãe, filho, patrão, prostituta, dentre outros – o patriarcado se apresenta como um campo do Outro e se articula às questões de gênero. Quinet (2012) apresenta o Outro como anterior ao nascimento. Antes mesmo de nascer, já há um nome, um sexo, uma classe social com seus valores e preconceitos. Tais nomeações configuram o Outro para o sujeito, segundo o autor, sendo o Outro a sede do poder.

Preciado (2022) elenca os arranjos médicos, jurídicos e sociais como ferramentas de poder que agenciam e impossibilitam a emergência de identidades divergentes às preconizadas pelo patriarcado. No entanto, o autor identifica um paradoxo: “Aquele que amarra está tão amarrado quanto aquele em quem as cordas estão trançadas” (Preciado, 2022, p. 22). Dessa especulação, é possível iniciar um pensamento sobre algumas razões de o feminino, enquanto diferença, desestabilizar as identidades estabelecidas, como status quo, e considerar aquilo que o patriarcado recalca.

Stona (2021), destaca que em Butler a compreensão estrutural da naturalização do sexo biológico como imutável e do gênero como uma inscrição cultural organizada a partir do sexo exerce influência sobre os espaços de existência dos corpos na transexualidade. Essa perspectiva ressalta a interseção entre construções culturais, identidade de gênero e experiências vividas no patriarcado pela transexualidade, o que evidencia a influência das normas sociais na formação de suas identidades e na configuração de suas trajetórias de vida.

Além dos impactos psicológicos nas subjetividades de pessoas trans², a imposição social e cultural de uma matriz sexual e de narrativas associadas a essa matriz, bem como a estrutura patriarcal, contribuem para desencadear movimentos de violência e extermínio direcionados à transexualidade. Ao analisar os indicadores relativos a assassinatos, violências e violações de direitos humanos contra a população trans no Brasil em 2022, a Associação Nacional de Mulheres Trans e Travestis (ANTRA) reportou 131 casos de assassinato, dos quais 130 envolviam travestis e mulheres transexuais, enquanto 1 vitimou um homem trans ou pessoa trans masculina (ANTRA, 2023). Esses dados ilustram a urgência de abordar e combater a violência sistemática enfrentada pelas comunidades trans e a necessidade de uma

²Pessoas que se identificam com um gênero distinto daquele que foi designado no nascimento ou não se identificam exclusivamente como pertencentes ao gênero feminino ou masculino. Disponível em <https://ibdfam.org.br/noticias/9307/Cerca+de+2+em+cada+100+brasileiros+s%C3%A3o+transg%C3%A3o+bin%C3%A1rios%2C+revela+pesquisa#:~:text=Cerca%20de%202%25%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o,ao%20g%C3%A3o%20feminino%20ou%20masculino.>

reflexão crítica sobre as estruturas sociais que perpetuam tais agressões. Os dados revelam o aumento de 126% das mortes de pessoas transexuais e travestis (ANTRA, 2023).

Outras consequências da imposição de uma matriz sexual e de suas narrativas são o fomento e a sustentação de práticas discriminatórias contra pessoas trans e travestis, no sentido de depreciá-las como se fossem abjetas. Sobre as origens desse movimento discriminatório, Pereira *et al.* (2015) apontam os corpos dissidentes da matriz sexual são alvos de destruição em razão de lançarem dúvidas sobre a natureza binária dos corpos. Esse argumento se alinha à discussão proposta por Carrenho *et al.* (2018): Foucault “chamou atenção para o caráter não evidente que o corpo goza no discurso e nas estruturas de poder em nossa cultura” e que “o corpo parece fadado a uma domesticação sem fim” (Carrenho et al., 2018, p. 83). Este debate sublinha como uma imposição inflexível de concepções binárias de sexo e gênero contribui significativamente não apenas para a discriminação, mas também para a tentativa de suprimir corpos que desafiam essas normas preestabelecidas.

Nesse sentido, é relevante retomar o curso da discussão sobre a transexualidade na medicina. Na 11ª versão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas de Saúde - CID (OMS, 2019), a transexualidade foi retirada do rol de transtornos mentais. Apesar disso, subsiste um marcador cultural que censura as experiências subjetivas na transexualidade. Subsequentemente, a experiência subjetiva dessa população pouco se modifica pela alteração da classificação diante da rigidez do imaginário normativo em que se inserem.

Considerando que as experiências subjetivas na transexualidade são forjadas na cultura, no âmbito de estruturas de poder, este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo geral discutir a transexualidade na contemporaneidade brasileira, no intuito de compreender os processos de subjetivação e de sofrimento psíquico vivenciados na transexualidade. A hipótese da pesquisa consiste em que a psicanálise oferece aproximações

teóricas para a análise da formação das subjetividades na transexualidade. Este estudo busca novas perspectivas que possam contribuir para uma compreensão das experiências subjetivas na transexualidade.

Para atingir os objetivos da pesquisa, foram escolhidas metodologias de pesquisa em psicanálise, apresentadas por Pinheiro (2019) e Lameira *et. al* (2017). Em seu trabalho, Pinheiro (2019) descreve uma perspectiva metodológica que fundamenta sua abordagem de pesquisa em psicanálise destacando a interação dinâmica entre a prática clínica e a teoria como a base do seu método de trabalho.

Acerca da construção do material de análise, foi realizado um levantamento bibliográfico nas bases de indexação de periódicos científicos PePsic, Scielo e Google Acadêmico, utilizando-se das seguintes palavras-chave: psicanálise, transexualidade, sexualidade, estudos de gênero, patriarcado. O material encontrado foi sistematizado e organizado em torno de três eixos temáticos: (i) os processos de formação da subjetividade de pessoas trans desde a teoria da sexualidade freudiana; (ii) as relações entre o patriarcado e suas relações de poder; e (iii) as articulações entre a psicanálise e os estudos de gênero.

Pinheiro (2019) aponta que ao usar essa metodologia, o pesquisador estuda e internaliza um conjunto teórico que orienta seu trabalho clínico. No decorrer dessa prática, ele identifica inconsistências ou lacunas teóricas que surgem durante o processo clínico. Essas lacunas se transformam em questões conceituais a serem abordadas e formalizadas. O próximo passo é a abertura de uma pesquisa acadêmica, em que o pesquisador se dedica a reorganizar conceitos teóricos para aprimorar sua compreensão das questões surgidas na prática clínica. Após essa reorganização, ele retorna ao trabalho clínico, agora mais embasado teoricamente. O ciclo se repete, pois a teoria nunca se totaliza; ela é sempre provisória até que novas questões surjam na atividade clínica.

Lameira *et. al* (2017) argumentam que a pesquisa teórica desempenha um papel fundamental no fazer analítico, complementando a experiência clínica. Não se trata apenas de observar e interpretar empiricamente, mas de mergulhar na prática clínica acompanhado da elaboração e do trabalho analítico sobre as questões que sustentam o contato com o paciente. Os autores destacam a importância do trabalho teórico na psicanálise, indicando que o material proveniente da clínica não é suficiente por si só.

Ambas perspectivas, apresentadas por Pinheiro (2019) e Lameira *et. al* (2017), convergem ao enfatizar a interação dinâmica entre a prática clínica e a teoria como elemento fundamental na pesquisa psicanalítica.

Com isso, três eixos de investigação são delineados para aprofundar a reflexão sobre as possíveis conexões entre a transexualidade e a psicanálise, os quais deram origem aos três capítulos, a seguir apresentados, que compõem este trabalho. O primeiro capítulo aborda a compreensão dos processos de formação da subjetividade de pessoas trans à luz do conceito psicanalítico de desejo. O segundo capítulo registra discussões sobre as relações entre o patriarcado e as relações de poder. Por fim, o terceiro capítulo apresenta investigação sobre as interações e articulações entre a psicanálise e os estudos de gênero. Busca-se, ao longo das análises, oferecer uma análise interdisciplinar da transexualidade, ancorada nos fundamentos da psicanálise.

Do surgimento da sexualidade na prática clínica de Freud à transexualidade

Neste capítulo, buscou-se compreender como as pesquisas dedicadas à sexualidade e à histeria se constituíram como alicerces do desenvolvimento teórico da psicanálise freudiana, ao delinear contornos conceituais à teoria. Além dessa análise retrospectiva, apresentamos uma discussão contemporânea sobre como a concepção inicial de Freud sobre a sexualidade ecoa nos debates atuais sobre as identidades de gênero, especialmente no contexto das transexualidades. Dessa forma, este capítulo almeja revisitar as origens da visão freudiana da sexualidade e estabelecer conexões entre o passado e o presente, com a finalidade de contribuir para uma compreensão acerca das dinâmicas psíquicas e identitárias na contemporaneidade brasileira.

Na época da redação de *Os Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade* (Freud, 1905/2016), o discurso médico-psiquiátrico sustentava uma visão da diferença entre os sexos baseada na anatomia, considerando-a natural e imutável. Segundo essa perspectiva, o ato sexual se concretiza no encontro das genitálias masculina e feminina, anatomicamente complementares, visando satisfazer as necessidades masculinas instintivas e reprodutivas. Laqueur (2001) argumenta que, à época, persistia a concepção milenar de que o sexo masculino é o único possível, enquanto o feminino é seu subproduto, caracterizando a mulher como "um homem invertido" (Laqueur, 2001, p. 281).

O estudo realizado por Jorge (2022) sobre a teoria freudiana da sexualidade reitera a perspectiva de que a distinção entre o normal e o patológico no contexto da sexualidade é predominantemente de natureza médica (Jorge, 2022, p. 30). Em sua obra recente, em 2022, o

mesmo autor explica que, de acordo com Freud, a sexualidade humana desafia a existência de uma fronteira clara entre o que é considerado normal e o que é tido como patológico (Jorge, 2022, p. 28). Isso se deve ao fato de que, para Freud, a sexualidade humana representa uma espécie de constituição que ocupa o lugar de uma “disposição neuropática geral” (Jorge, 2022, p. 28), em que a neurose é inerente à condição humana e organiza a forma como os desejos e impulsos sexuais se manifestam na psique.

Em *Tratamento Psíquico (Tratamento Anímico)*, de 1890, Freud aborda a “influência modificada da vida anímica sobre o corpo” (Freud, 1890/2018, p. 23), destacando a participação da *anima* (alma) nos fenômenos físicos ou nervosos vivenciados pelo sujeito. Nesse contexto, corpo e psíquico colaboram entre si nos agenciamentos do inconsciente na produção de significados, nas demandas de prazer e em outros caminhos delineados pelo inconsciente.

O pensamento freudiano sobre a sexualidade é inaugurado em *Os Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade* (Freud, 1905/2016) com base na compreensão de que o corpo é capaz de buscar satisfação de maneiras diversas ao ato sexual. Contrapondo-se ao argumento médico e à concepção do senso comum da época, que equiparava o instinto sexual ao instinto de nutrição, ausente na infância e presente na puberdade, com a meta sexual sendo a cópula entre os sexos opostos (Freud, 1905/2016, pp. 20-21), o fundador da psicanálise introduz a distinção entre objeto sexual e meta. O psicanalista conceitua como objeto sexual a pessoa da qual vem a atração e como meta sexual a ação à qual o instinto impele (Freud, 1905/2016, p. 21).

Na referida obra freudiana surge um novo entendimento sobre o papel da sexualidade e das fantasias na vida psíquica. Sob essa ótica, a criança não é desprovida de atividade sexual e, mesmo com sua imaturidade biológica, é capaz de criar fantasias inconscientes. A sexualidade, portanto, está presente na infância e desempenha papel crucial na constituição

psíquica.

O entendimento freudiano sobre o primeiro contato do bebê com o mundo ser mediado pelo corpo encontra respaldo nas reflexões de Sedat (2011), que afirma que a interação entre os corpos mãe-bebê e pai-bebê configura espaços essenciais para a satisfação e para as sensações de segurança e de pertencimento da criança, sendo que "toda a pulsão de busca se alicerça no corpo" (Sedat, 2011, p. 60).

A escolha do termo "pulsão" por Freud, em vez de "instinto", ao abordar os processos de formação psicosexual, assume uma relevância particular. Lionço (2006) observa que a diferenciação entre pulsão e instinto conduz a perspectivas distintas sobre a natureza da sexualidade.

Enquanto o instinto sugere uma natureza pré-definida, a pulsão é concebida como indeterminada, desprovida de um esquema fixo, o que implica que tanto o objeto de satisfação da pulsão quanto os meios para alcançar essa satisfação são igualmente indeterminados.

Assim, a sexualidade, quando considerada a partir da noção de pulsionalidade, se apresenta como não pré-determinada, revelando-se como uma abertura ao devir (Lionço, 2006). Segundo Padilha Neto e Cardoso (2012), a pulsão sexual, ao contrário do instinto sexual, vai além das atividades conhecidas da sexualidade biológica. Ela representa o impulso central que motiva uma ampla gama de manifestações psicológicas, sendo fundamental no funcionamento do aparelho psíquico.

Os impulsos sexuais estão presentes no sujeito desde o nascimento, e a sexualidade se revela precocemente em sua existência. Em razão de o sujeito não contar com uma estrutura psíquica preparada para lidar com tais impulsos, estes resultam em processos de repressão que direcionam os impulsos sexuais para outras saídas, dada a impossibilidade de sua realização direta, tal como ocorre nas neuroses (Freud, 1905/2016).

Em síntese, ao representar psiquicamente as excitações corporais, a pulsão é a chave teórica que sustenta a construção da teoria da sexualidade de Freud. (Padilha Neto & Cardoso, 2012). Esse argumento encontra lugar quando o fundador da psicanálise orienta que “as pulsões de vida [leia-se as pulsões sexuais] têm muito mais contato com nossas percepções internas, surgindo como rompedoras da paz e constantemente produzindo tensões cujo alívio é sentido como prazer” (Jorge, 2022, p. 34, citando Freud, 1920).

Formação da sexualidade na infância

Freud (1905/2016) ensina que se encontram na infância os registros mais fundantes da subjetividade, remotos e instalados no inconsciente. O desamparo experienciado nessa fase da vida é vivenciado por um aparelho psíquico imaturo, inábil em traduzir as sensações de desprazer desse período, sendo o corpo veículo responsável por dar destino a essas sensações desconhecidas e estranhas e, assim, retomar o estado de equilíbrio e normalidade anterior do aparelho psíquico.

As memórias que contam sobre as vivências emocionais, psíquicas e físicas e suas instâncias de satisfação e insatisfação, durante a infância, estão alocadas no inconsciente e comparecem em traços mnêmicos (enigmáticos) na vida adulta, dando sentido às neuroses (Freud, 1905/2016). A ausência de nitidez das memórias infantis: “quem resolver esse enigma, terá, provavelmente, esclarecido também a amnésia histérica” (Freud, 1905/2016, p.76).

As falas de Freud (1905/2016) sobre a repressão das memórias infantis têm relevância direta no entendimento do afastamento da consciência em relação às experiências da infância. Freud (1905/2016) postula que, embora essas memórias aparentam estar esquecidas, continuam a exercer uma influência profunda no desenvolvimento psíquico. Esse processo de repressão, assemelhado à amnésia observada em neuróticos, é crucial para compreender as

complexidades da psique humana. Daí a relevância, neste trabalho, de explorar como a repressão das impressões infantis se manifesta na transexualidade.

Seria possível dizer, a partir da escrita de Freud sobre a sexualidade infantil, que esses registros esquecidos se tornam traços retidos na memória e encontram no inconsciente sua morada. Nessa esteira, a criança que busca no seio materno aliviar a tensão causada pela fome pode vir a buscar um outro tipo de amparo para saciar uma vontade diversa da fisiológica, como o desejo de eliminar uma sensação de insatisfação ou de desprazer.

Pois a afirmativa de que na vida sexual infantil não está dirigida para outras pessoas; o prazer é encontrado no próprio corpo, sendo autoerótico. Padilha Neto e Cardoso (2020) apontam que a pulsão tem caráter desestabilizador para o ego, levando a medidas de controle e contenção. Como mecanismo de defesa psíquica, o recalçamento atua em resposta à sensação de desprazer do ego promovida pela pulsão sexual.

Nesse percurso, a vivência de desprazer leva a criança a internalizar seu desamparo, direcionando suas necessidades psíquicas para o próprio corpo. “O corpo infantil, inicialmente devassado por pulsões parciais autoeróticas – isto é pulsões fragmentadas, não-investidas ainda em um objeto externo – necessitaria de um agente organizador para sua dispersão pulsional.” (Padilha Neto & Cardoso, 2020, p. 530).

De maneira análoga, o adulto neurótico realiza um movimento semelhante, pois aquilo que a consciência não sustenta se insinua no inconsciente, em uma tentativa não tão firme de sobrevivência, uma vez que aquilo que é recalçado pelo sujeito retorna sob forma de sintomas neuróticos (Freud, 1900/1996).

Conclui-se que, em Freud, a sexualidade revela ao sujeito e a seu interlocutor as áreas em que ele fraqueja e os caminhos que ele precisa trilhar para o alívio das tensões e para a busca de satisfação, a partir de suas lacunas inconscientes.

Na convergência desses percursos, conforme destacado por Sedat (2011), a pulsão é reconhecida como algo que “existe anteriormente aos objetos sobre os quais ela investe, e que ela possui até mesmo o poder de determinar parcialmente o objeto investido” (Sedat, 2011, p. 59). Essa perspectiva ressoa com o pensamento freudiano sobre a sexualidade, especialmente quando consideramos a influência da *anima* ao conceber o corpo como receptor de energia psíquica. As neuroses de histeria, com sua nitidez e precisão, evidenciam essa dinâmica.

Histeria

Em *Estudos sobre a Histeria* (Freud, 1893-1895/2016), Freud apresenta a hipnose enquanto técnica para acessar o inconsciente. No rebaixamento da consciência, as experiências traumáticas interditadas pela vigília seriam expostas em seu desengano e possibilitariam o trabalho analítico. Assim, além de investir na redução dos sintomas histéricos por meio da fala do inconsciente e de sua escuta, foi possível compreender que “o histérico sofre sobretudo de reminiscências” (Freud, 1893-1895/2016, p. 19).

Freud (1893-1895/2016) ensina que o corpo histérico é um corpo que apresenta sintomas de um sofrimento psíquico até então velado, inconsciente. Lionço (2006) aponta que “o que determinou a especificidade do pensamento freudiano sobre a histeria foi o reconhecimento de que as produções corporais históricas estariam regidas posteriormente por determinações psíquicas” (Lionço, 2006, p. 09).

Pombo (2021) explora o pensamento freudiano sobre a moral sexual. Para tanto, evidencia como as normas sociais em torno da sexualidade podem resultar em uma série de sintomas e disfunções, desde influência direta na vida sexual, como na frigidez feminina e na impotência masculina, até sintomas psiconeuróticos, como manifestações de conflitos inconscientes ou perturbações psíquicas resultantes de traumas ou experiências reprimidas na

infância, derivados dos processos de repressão e recalçamento. Escreve a autora que a moral sexual e a produção de sofrimento psíquico estariam alicerçadas:

por uma moral sexual que se contrapõe ao campo das pulsões, impedindo a expressão da sexualidade perverso-polimorfa. São diversos e nefastos os efeitos sobre o psiquismo dessa moral que, além de proibir práticas sexuais consideradas como perversas, institui o imperativo da monogamia e da abstinência até o casamento e, ainda, restringe as relações sexuais dentro do casamento a atos procriadores (Pombo, 2021, p. 68).

Por sua vez, a moral sexual encontra lugar no enigma da diferença sexual, se entendermos que a sexualidade emerge à medida que nos deparamos com algo desconhecido e não reconhecido, mas que de alguma forma nos afeta.

Arán (2009) aponta que Freud concebe o Complexo de Édipo como um “fenômeno inconsciente que se constitui num momento de passagem que mobiliza pulsões, afetos e representações ligadas aos pais” (Arán, 2009, p. 656). Ao ensinar sobre o Complexo de Édipo, a partir da teoria da sexualidade freudiana, a autora leciona que, tomando o menino como paradigma, Freud define o pênis como o principal objeto autoerótico e fonte de autoestima na psique masculina. Segundo a visão freudiana, o menino, ao se confrontar com os órgãos genitais femininos, inicialmente não compreende a ausência do órgão e, por uma espécie de ilusão, presume que o órgão crescerá. No entanto, posteriormente, quando reprimido pelos pais quanto à masturbação, essa percepção teria um efeito retroativo, ameaçando a castração do menino. Em relação à menina, Freud postula que a “anatomia” indicaria que o clitóris corresponderia ao órgão equivalente ao pênis masculino. Assim, diante da observação dos órgãos genitais masculinos, ela desenvolveria um forte interesse que se transformaria em inveja - um elemento fundamental para a mudança da zona erógena e a transição de objeto de desejo (Arán, 2009, p. 656).

Como vimos, o Édipo, enquanto processo de subjetivação, constitui o sujeito desde a mediação do corpo do bebê com mundo às relações do sujeito com seus contextos sociais, culturais e inconscientes.

Aran (2009) analisa que a sexualidade, além de estar articulada aos conceitos de pulsão e inconsciente, se relaciona a uma formulação histórica e contingente. Assim, a autora aponta que outras leituras da sexualidade seriam possíveis a partir da distinção do “que permanece como fantasia edipiana no processo de subjetivação, e o que pode ser um arranjo histórico e contingente ligado às mudanças nos destinos da diferença sexual e à distribuição das funções materna e paterna na cultura contemporânea” (Arán, 2009, 658).

A partir da noção de castração apresentada anteriormente, podemos pensar a estrutura das neuroses de histeria. Jorge e Travassos (2017) elucidam que a histeria tem uma estrutura interrogativa que leva aos histéricos – os sujeitos de modo geral, pois a estrutura discursiva de base na neurose é a histeria a direcionar perguntas para o discurso predominante de sua época e questionar ao saber dominante sobre “sua interrogação maior – quem sou eu?” (Jorge & Travassos, 2017, p. 321)

Os autores enunciam que a histeria é, portanto, a estrutura básica dos sujeitos (Jorge & Travassos, 2017). Uma vez que os processos de subjetivação estão articulados às produções do inconsciente, aos seus mecanismos de defesa e suas reminiscências, a sexualidade humana é também organizada pelas neuroses de histeria. Essas neuroses sofrem de um aspecto da moral sexual que repreende e recalca aquilo que não pode ser originariamente manifestado e acaba por comparecer de outra maneira, sob formas de sintomas.

De acordo com Ferreira (2014), o conflito da histórica surge da diferença entre os sexos. Para a autora, essa questão só é relevante para aqueles que possuem a capacidade de fala, pois estão inseridos na esfera do simbólico, onde a lei e a linguagem se entrelaçam. A linguagem, enquanto estrutura (sexual), é responsável por dividir os falantes em dois

significantes: homens e mulheres. A costura desses significantes pelo sujeito resulta na construção de um discurso. De acordo com Ferreira (2014)

temos a hegemonia de um discurso em que os significados de homem e mulher são acoplados à imagem de órgãos genitais. Até hoje é esse discurso que determina a escolha de um nome próprio para o recém-nascido, inscrevendo-o na diferença sexual (Ferreira, 2014, p. 34).

A partir dessa reflexão, é possível pensar em dois aspectos.

O primeiro consiste na análise da autora de que o discurso e o gozo do feminino são interditados pela castração simbólica e pela inscrição do sujeito na diferença sexual. O segundo, decorrente do primeiro, de que ser homem ou ser mulher reside na identidade, entendida aqui como um sintoma, uma ilusão que o sujeito constrói para dar conta do real da diferença sexual (Ferreira, 2014, p. 34).

Diante disso, faz-se necessário retomar os escritos de Freud sobre a histeria (Freud, 1893-1895/2016) para compreender como a histeria é um fenômeno elaborado entre a sexualidade e a cultura.

Freud (1893-1895/2016) compreendia as neuroses de histeria como efeito da repressão de desejos ou emoções conflitantes, frequentemente enraizados em experiências traumáticas do passado, em especial as de natureza sexual. O psicanalista percebia a histeria como uma psicopatologia relacionada à repressão da sexualidade, que se manifestava por meio de sintomas físicos sem causa orgânica identificável, tais como paralisia, cegueira, tremores ou convulsões.

Desta feita, a histeria se relaciona à sexualidade de mulheres em uma sociedade dominada por valores patriarcais, no final do século XIX. O caso clínico de Anna O. Freud (1893-1895/2016), cujo verdadeiro nome era Bertha Pappenheim, foi um dos casos mais influentes e significativos na história da psicanálise e no estudo da histeria. Este caso foi

documentado por Josef Breuer, um médico vienense e amigo de Sigmund Freud, que colaborou com ele no início de suas pesquisas sobre histeria e psicanálise.

Bertha Pappenheim foi tratada por Breuer entre 1880 e 1882. Ela apresentava uma série de sintomas físicos e psicológicos, incluindo paralisia, tosse inexplicável, alucinações, transtornos de linguagem e dificuldades emocionais. Breuer utilizou um método terapêutico inicialmente denominado "catártico" ou "método da conversa" para tratá-la. Esse método envolvia encorajar o paciente a falar livremente sobre seus pensamentos, sentimentos e experiências associadas aos sintomas. Esse processo ficou conhecido como "cura pela fala", onde ela expressava suas emoções reprimidas, permitindo que o trauma fosse confrontado e integrado à consciência.

O caso destaca como a energia psíquica de Anna O. deu destino às interdições, levando-a a sintomatizar suas angústias no corpo. Diante disso, desenvolveu um mundo fantasioso, um teatro particular onde podia explorar outras formas de existência. Esse processo foi uma maneira de compensar as limitações que experimentou subjetivamente.

Conforme é possível analisar a partir desse caso clínico, a fragilidade da saúde mental de Anna O. está relacionada com a influência paterna e patriarcal, além da submissão às regras familiares, marcada por experiências assustadoras. As vivências traumáticas, incluindo a morte de seu pai, manifestaram-se em sintomas como a fala em línguas estrangeiras, o estrabismo, a surdez e a distração. Anna O. pareceu viver constantemente em um estado de alerta, antecipando algo iminente, embora o momento exato fosse incerto.

Assim, Freud (1893-1895/2016) interpretou os sintomas de Anna O. como tentativas de reivindicar sua identidade e sua posição como mulher em uma sociedade restritiva e repressora. Esses sintomas seriam formas de expressão de conflitos não resolvidos ligados à sexualidade e à posição das mulheres na sociedade, naquele contexto cultural.

Sobre essa perspectiva, Ferreira (2014) aponta que “se não há reconhecimento da demanda, o desejo só pode aparecer nas formações do inconsciente sob a forma de enigma no sonho, de denegação do ato falho, de riso no chiste e de máscara no sintoma” (Ferreira, 2014, p.38). Assim, o desejo comparece nas formações do inconsciente a fim de desvelar o que está recalcado (Freud, 1900/2016).

A compreensão de um sujeito que vive em sua extensão as manifestações inconscientes encontra lugar nos estudos de Freud sobre a sexualidade. Nos escritos sobre as neuroses histéricas (Freud, 1893-1895/2016), o psicanalista registra que a articulação entre experiência e linguagem apresenta duas vias possíveis.

A primeira via consiste em o sujeito, que experiencia algo desconfortável ou incômodo, trabalhar seu descontentamento por meio da via da linguagem, ou seja, a fala possibilitaria ao sujeito aliviar seus incômodos e voltar ao seu estado inicial de equilíbrio psicodinâmico.

Já a segunda via se refere ao registro da experiência traumática, não elaborada pela linguagem, alojado na lembrança, pelo que seria no inconsciente que o sujeito realizaria seus desejos (Freud, 1900/1996). Dessa forma, ao tomar a segunda via, o trauma pode ser revivido de maneira desconhecida pelo sujeito, manifestando-se sob a forma de chistes, atos falhos, sintomas e sonhos. O trabalho analítico, conforme delineado por Freud nas obras sobre a histeria, se mostra como uma possibilidade para conferir sentido a essa experiência traumática e reintegrar o sujeito ao seu estado de equilíbrio psíquico (Freud, 1893-1895/2016).

Em suma, a articulação freudiana sobre a histeria indica como pulsão e linguagem podem se (des)articular no discurso. Freud (1893-1895/2016) nos ensina que a linguagem oferece uma alternativa para a ação, ao permitir que as emoções sejam liberadas de maneira semelhante. A fala sobre esse desejo oculto e/ou reprimido, seja como queixa ou como

confissão de um segredo angustiante, articulam um percurso saudável na elaboração do sofrimento psíquico. Quando a elaboração é impossibilitada, as reminiscências do episódio mantém inicialmente seu impacto emocional em forma de sintomas, desarticulando um destino saudável à pulsão frente ao inconsciente.

Ainda sobre o desejo, Ferreira (2014) nos ensina a perspectiva lacaniana ao apontar que o desejo “nunca é satisfeito, porque diante do que seria a sua realização o sujeito constata que não é bem isso, que está faltando alguma coisa, que se trata de outra coisa...” (Ferreira, 2014, p. 39). Esse desejo insatisfeito, para além de um desamparo, revela a estrutura do sujeito desejante em relação ao Outro, que é a submissão ao desejo do Outro, em suas leis.

Resgatando o aspecto da moral sexual na histeria, Pombo (2021) analisa o pensamento freudiano sobre o entrave na relação entre moral sexual, feminilidade e sofrimento psíquico. A análise da autora sobre o texto freudiano de 1908 ressalta os imperativos hierárquicos que colocam o masculino num âmbito de domínio, sendo o feminino incompleto e subserviente ao domínio da masculinidade:

O psicanalista afirma que as mulheres sofrem, mais do que os homens, os efeitos da moral sexual, que seria mesmo uma moral dupla, no sentido que dá maior liberdade sexual ao homem que à mulher e pune menos severamente as transgressões dele que as dela (...) nesse movimento, o autor positiva, então, o erotismo feminino, como vinha fazendo em seus estudos sobre a histeria, ao denunciar que o sofrimento e os sintomas histéricos são causados por exigências severas de renúncia a esse erotismo (Pombo, 2021, p. 68).

Com efeito, observamos uma correlação entre as manifestações patológicas de Anna O., resultantes da repressão de seus afetos, e o estranhamento decorrente da diferença sexual. Embora Freud (1905/2016) aborde a diferença entre os sexos na infância de maneira natural, focando mais na questão de onde vêm as crianças, é interessante refletir sobre suposição

freudiana da naturalidade com que o menino pode presumir que todas as crianças que conhece têm um órgão genital semelhante ao seu, enquanto seria impossível para a menina reconciliar a ausência desse órgão, levando-a a invejar e desejar o que não possui (Freud, 1905/2016, pp. 104-105).

Nesse contexto, Freud (1915/2016) observa que a suposição de que há o mesmo genital (masculino) em todas as pessoas é a primeira das teorias sexuais infantis singulares e premissas de consequências, destacando como a menina, ao se deparar com a diferença genital em relação ao menino, é vencida pela inveja do pênis, culminando no desejo de ser também um garoto (Freud, 1905/2016, pp. 104-105).

No contexto apresentado, a referência ao falo e à diferença sexual, que estrutura o poder, está vinculada ao patriarcado. O falo marca a distinção entre os gêneros e contribui para a dualidade entre o masculino e o feminino. Essa estrutura, que se baseia na oposição entre o fálico (masculino) e o castrado (feminino), reflete e reforça as dinâmicas do patriarcado.

Ao citar Lacan em seu Seminário 18, Ferreira (2014) retoma a assertiva lacaniana sobre a função fálica ser qualidade de *todo homem* (grifo da autora) onde o lugar da relação com a mulher se faz na qualidade de *uma mulher* (grifo da autora), onde a primazia do masculino é o agente regulador da norma. “Se uma das faces da castração é a impossibilidade de se produzir um saber sobre o Outro sexo (A mulher), a histérica fabrica um homem que seja movido pelo desejo de saber” (Ferreira, 2014, p. 2016). Ainda, a autora reitera que a histérica não se coloca na posição das mulheres e se identifica ao homem para pensar e questionar o que é ser uma mulher.

Em sua conferência sobre a histeria, Jorge (2021) compreende a histeria como promotora do avanço da ciência, do discurso do mestre, a partir daquilo que ela identifica como falta. Segundo Jorge (2021), o discurso da histérica reclama um desejo pulsional em

que a pulsão entrega menos do que se deseja. Com efeito, a histeria acompanha o discurso dominante de sua época, denunciando aquilo que está insatisfatório, reclamando um novo saber (Jorge, 2021; Jorge & Travassos, 2017).

A trajetória histórica da histeria trazida por Jorge e Travassos (2017) nos indica que em cada período da história há um agente regulador e um outro que sofre com esses agenciamentos. Na idade média, os feiticeiros eram responsáveis pelos desequilíbrios nas mulheres; na modernidade, os sintomas histéricos estavam relacionados ao discurso médico; e na contemporaneidade, as neuroses de histeria parecem resultar de efeitos dos agenciamentos do controle social da cultura e do patriarcado sobre seus corpos.

Com base no exposto, é possível compreender a transexualidade como uma forma atualizada da histeria (Jorge & Travassos, 2017), que pergunta ao saber psicanalítico e ao saber patriarcal, seus mestres, sobre sua sexualidade. Ao compreender que sexualidade e a cultura são elaborados em esferas inconscientes, a histeria solicita às normas e leis simbólicas novos posicionamentos frente à “ciência médica que banaliza os conflitos do sujeito com seu sexo, incitando-o a buscar o processo transexualizador” (Jorge & Travassos, 2017, p. 309), a fim de pensar sobre como esses saberes agenciam seus sofrimentos psíquicos.

Transexualidade

A partir da complexidade da relação entre a transexualidade e as normas sociais que regem a diferenciação entre gêneros, surge uma intrincada rede de questionamentos de ordem moral e sexual. Esses questionamentos são forjados dentro de estruturas que não apenas delineiam a demarcação entre menino/menina, homem/mulher, mas também se entrelaçam com a dicotomia entre o masculino e o feminino. Essa distinção, por sua vez, não é apenas uma questão de identidade, mas também se estende à diferenciação do poder e da obediência.

As transexualidades, com suas diversidades subjetiva e corporal (Lionço, 2019), desafiam as narrativas patriarcais vigentes e suas normas simbólicas e reguladoras. Tais

diversidades escapam ao “modo de organização, de construção de relações, de identidades e de diferenças” (Safatle, 2017, p.46) que estruturam as experiências subjetivas. A variedade de corpos de pessoas transidentitárias impulsiona a busca pelo reconhecimento da diversidade subjetiva.

De acordo com Arán (2009), “o dispositivo da diferença sexual construído na modernidade através da naturalização de sistemas normativos de sexo-gênero exclui a transexualidade das possibilidades subjetivas consideradas normais e legítimas” (Arán, 2009, p.668). Ao expandir as bordas que circunscrevem e localizam os sujeitos na dinâmica sexual, as transexualidades provocam um tensionamento, uma vez que fragilizam as concepções tradicionais de masculinidade e feminilidade.

É possível evidenciar isso em “Sobre a identidade sexual: a propósito do transexualismo”, de Czermak e Frignet, de 1996, citado por Arán (2009). Os autores ressaltam que a sociedade contemporânea recusa reconhecer a diferença sexual em suas principais características, o que leva à fragilização de estruturas simbólicas. Assim, o “transexualismo” (como grafado à época) seria composto por transexualistas e transexualistas verdadeiros e, nesses últimos, “a identidade sexual estaria foracluída, o que os colocaria fora do sexo” (Arán, 2009, 667).

Aran (2009) comenta que Stoller tem formulação similar, aproximando a transexualidade que aproxima a transexualidade a um núcleo de identidade de gênero relacionado à simbiose da pessoa transidentitária com sua mãe, e em Chiland (2003 citada por Arán, 2009), que considera a transexualidade uma doença do narcisismo, onde a subjetivação só é possível em uma construção de identidade com o sexo oposto.

Ayouch (2015) define que a transexualidade só pode ser entendida a partir do discurso médico. Para o autor, “a invenção da homossexualidade e da transexualidade são contemporâneas: as duas ficaram vinculadas à noção psiquiátrica de sexo, que agrega uma

sexuação (identificação de gênero) e uma sexualidade (orientação do desejo)” (Ayouch, 2015, p. 24).

Ao pensar sobre o exercício atual da psicanálise, Ayouch (2015) propõe um apartamento da transexualidade do discurso médico-psiquiátrico e de sua orientação fundamentada em uma suposta diferença binária dos sexos. A esse argumento, o autor recorda que a produção de categorias de sexo e gênero são de ordem biológica e moldam o discurso e o espaço que as produz.

Quando Ayouch (2015) propõe um afastamento da transexualidade do discurso médico, destituindo um saber a-histórico, argumenta sobre a constituição das normas e das leis que organizam esse discurso. Enquanto agente regulador, a norma implica a sujeição da transexualidade a marcadores que regulam os corpos a partir de seus signos organizadores. Essas perspectivas oferecem diferentes abordagens para compreender a transexualidade, explorando aspectos psicológicos, médicos e sociais.

O pensamento anterior recupera mais uma vez a escrita de Ferreira (2014) quando a autora discorre sobre a hegemonia do discurso sexual estar forjada na imagem dos órgãos sexuais. E, continuando a refletir com Ferreira (2014), retomamos o conceituado sobre as históricas estarem sempre pensado na sexualidade.

Sendo a forma atualizada da histeria (Jorge & Travassos, 2017), a transexualidade questiona o saber médico-psiquiátrico em favor de um estudo a partir das noções da sexualidade freudiana. Como vimos anteriormente, a produção subjetiva da sexualidade é forjada nas relações do sujeito com seus desejos, seus traumas e suas demandas, e com os destinos pulsionais dessas relações. Da mesma forma, há uma estrutura psicopatológica comum a todos os sujeitos, a histeria, que organiza como cada sujeito elabora os efeitos dessas relações a partir de suas trajetórias subjetivas.

Assim como o discurso da histórica reclama um saber subjetivo e social, “uma

psicanálise aberta às transexualidades precisa então ser tanto subjetiva quanto social: ela almejaria situar o sujeito no enquadre social, histórico e político no qual ele se inscreve” (Ayouch, 2015, p. 27).

Contudo, há de se levantar a hipótese de sofrimento psíquico quando esse sujeito rompe com as normas vigentes. Ao cunhar a ideia de abjeção, Butler (citada por Carrenho et al, 2018, pp. 93-94), afirma que para existir um grupo dominante, um outro deve faltar - seja pela culpabilização ou pela inadequação à norma.

Como nos ensina Ferreira (2014), a ideia de *todo homem* possui uma importância central na formação do sujeito. Molda normas, valores, crenças que estabelecem expectativas e influenciam a maneira como o sujeito vivencia e lida com suas relações. Define também os critérios de dominância entre o normal ou desviante, o que afeta a “variedade do mundo humano e da sua vida psíquica” (Freud, 1921/2011, p. 07). Esses autores exploram a interconexão entre a subjetividade individual e o contexto social, especialmente no que diz respeito à transexualidade.

Dunker *et al.* (2021) observam que o sujeito da psicanálise sempre se situa na fronteira tênue entre a psicologia individual e a psicologia social. Tal afirmativa abre caminho para pensar a posição singular ocupada pela transexualidade quando atravessada por um Outro imperativo e regulador, a interligação entre sua vida íntima, privada e o cenário social em que se insere. “Falar em formação da personalidade significa falar sobre dinâmicas de socialização visando à individuação. Forma-se a personalidade através da socialização do indivíduo no interior de núcleos de interação como a família, as instituições, o estado” (Safatle, 2017, p. 21).

É na palavra do analisando e naquilo que ele traduz de si que a teoria psicanalítica trabalha, se faz, se realiza (Jorge, 2022). O trabalho analítico de traduzir a virtualidade onírica em palavra resulta das diversas fragmentações vivenciadas na cultura e sociedade e “este

espaço de imaginação sem freio nem controle, solta para tremer, perder e achar” (Ribeiro, 2019, p.20) só é possível ser feito pela fala, pois ela localiza as experiências subjetivas em seus espaços, tempos e cronologias.

A descoberta de Freud é do campo das incidências, na natureza do homem, de suas relações com a ordem simbólica, e do remontar de seu sentido às instâncias mais radicais da simbolização no ser. Desconhecer isso é condenar a descoberta ao esquecimento, a experiência e a ruína (Lacan, 1985 citado por Jorge, 2022)

Descentrar o que se acredita estar encoberto nas transexualidades quer seja a precariedade de suas vivências, a rejeição familiar, a falta de assistência médica e a exclusão social para escutar “o que se oferece naquilo que do sujeito é engano” (Lacan, 1985 citado por Jorge, 2022, p. 88) só é possível quando compreendemos quem é esse sujeito que fala, de quem, de onde e as razões pelas quais fala e a quem está endereçada sua fala. Portanto, a fala enquanto composição dos atravessamentos culturais e sociais organiza o discurso do inconsciente. Ao retomar o Seminário XX, de Lacan (1985), Jorge (2022) aponta que

O inconsciente é o testemunho de um saber, no que em grande parte ele escapa ao ser falante e, nesse sentido, se o inconsciente nos ensinou uma coisa, foi primeiro o seguinte: que em algumas partes, no Outro, isso sabe. (Lacan, 1985 citado por Jorge, 2022, p.89)

Portanto, existe um Outro que delinea a organização subjetiva de um sujeito. Na construção das subjetividades nas transexualidades, as normas culturais e sociais dominantes operam como o Outro, como sinalizado por Rocha (1999, p.334) quando diz que “o inconsciente é constituído na e pela mediação de um Outro”. Logo, interessa compreender como as transexualidades organizam seus fragmentos identitários a partir do que escapa a essa organização.

A esfera patriarcal e seu diálogo com o Outro

O sistema patriarcal como estrutura social e cultural se caracteriza pela predominância e centralidade do poder nas mãos dos homens. Nesse sistema, as instituições, normas e valores são organizados para favorecer e manter a dominação masculina, restringindo o acesso das mulheres a posições de poder e influência³. O patriarcado permeia várias esferas da sociedade, incluindo políticas, econômicas, religiosas e familiares, moldando as relações de gênero e reforçando estereótipos tradicionais sobre papéis e comportamentos masculinos e femininos.

Neste capítulo, será discutido o patriarcado sob uma ótica psicanalítica, investigando como a formação do masculino através do complexo de Édipo e do simbolismo fálico estabelece os fundamentos para a imposição de normas, restrições e controle. Este controle, da ordem do inconsciente, constitui o que Lacan denomina como o Outro. Quinet (2012) explica que o Outro é um espaço simbólico, lugar dos significantes, onde as cadeias de significantes do sujeito se entrelaçam e determinam o pensamento, a fala, as emoções e as ações do sujeito. Nada do sujeito foge à vigilância do Outro, nem sua mente, nem seu corpo, nem seus movimentos ou suas ações, dos seus sonhos à sua vigília (Quinet, 2012, p. 11).

O Outro, presente nos domínios inconsciente, é um lugar que não é visível, mas que permeia nossa existência a partir dos desejos anteriores ao nascimento - um nome, uma classe social, valores, preconceitos - configurando-se como um componente central da estrutura do sujeito. O Outro é o espaço onde emerge para o sujeito a reflexão de sua própria existência, de seu sexo e de sua história, diz Quinet (2012), e complementa: “A própria questão do sujeito depende do que se desenrola no Outro” (Quinet, 2012, p. 11).

Essa força de determinação do Outro sobre o sujeito refere-se à forma como o sujeito se encontra contingenciado pelos discursos sociais, políticos e culturais existentes desde antes

³ Aguiar, N.. (2000). Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. *Sociedade E Estado*, 15(2), 303–330. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922000000200006>

de seu nascimento. Essa alienação do sujeito frente ao desejo do Outro faz com que o sujeito internalize os desejos e as expectativas da sociedade, das figuras parentais e das instituições vigentes em seu tempo. Ao desejar o desejo do Outro (Ferreira, 2014), o desejo do sujeito é insatisfeito, “marca estrutural da neurose histérica” (Ferreira, 2014, p. 38). A realização dos desejos acontece pela via régia do inconsciente, os sonhos, de maneira disfarçada pelos mecanismos de condensação e deslocamento (Freud, 1900/1996).

O desejo nunca satisfeito encontra lugar na elaboração freudiana sobre a sexualidade quando essa atesta que “no cerne da sexualidade humana figura uma falta de objeto” (Jorge, 2022, p. 185). Como examinado no capítulo anterior, a pulsão é quem dá destino ao desprazer originado pelo objeto faltoso. Essa dinâmica psíquica estrutura a neurose histérica que tem como característica fundamental “o horror ao desejo” (Ferreira, 2014, p. 40). Esse horror se justifica quando o desejo não realizado revela a submissão do sujeito ao desejo do Outro (Ferreira, 2014).

Ao discutir a socialização enquanto alienação, Safatle (2017) explica que o processo de socialização articulado a formação de subjetividades é impulsionado pela internalização de modelos ideais de conduta reconhecidos socialmente. Internalizar, portanto, implica alienar-se na incorporação de “um outro que serve de referência para o desenvolvimento do Eu” e ter sua alteridade constituída “fora de si, ter seu modo de desejar e pensar moldado a partir de um outro” (Safatle, 2017, p. 23).

A analogia que buscamos estabelecer sugere a convergência das narrativas do patriarcado e do conceito do Outro. Assim como as práticas sociais do patriarcado estabelecem regras e normas que organizam as interações entre os sujeitos, o Outro determina como o sujeito pensa, fala, sente e age (Quinet, 2012).

A interseção entre a estrutura patriarcal e o conceito de Outro constitui um argumento fundamental que sustenta essa discussão. Por meio da influência determinante que obriga o

sujeito a se submeter ao desejo do Outro, estão presentes os significantes que normalizam o sujeito, estabelecendo categorias de identificação, como os padrões de comportamento masculino e feminino. Essas normas configuram estruturas que podem perpetuar padrões de violência e causar angústias psicológicas. Quinet (2012) explica que os “significantes que etiquetam o sujeito e aos quais ele se identifica (...) se tratam de identificação e representação, ou em termos lacanianos, de alienação” (Quinet, 2012, p. 12).

Ao pensar nas experiências de identificação, Lionço (2019) aponta que as subjetividades são forjadas a partir da repetição de atributos de masculinidade e feminilidade. Esses marcadores seriam, portanto, as narrativas que afirmam e identificam as pessoas enquanto homens e mulheres. Ao discorrer sobre as experiências de identificações, Lionço (2019) afirma que

Podemos pensar que as identificações remetem a processos subjetivos particulares de adesão a signos por meio dos quais é possível sustentar uma imagem para si e sentidos sobre si. Um mesmo sujeito pode sustentar diferentes identificações na composição de uma representação de si mesmo. (Lionço, 2019, p. 176).

Essa discussão nos recorda a afirmação de Rivera (2023) quando diz que “nenhuma formulação teórica está desvinculada ao lugar ocupado por aquele/as que a enunciam no tabuleiro de posições de gênero – e que tal lugar se marca em articulação com linhas de força geopolíticas e raciais, nos jogos de poder sociais” (Rivera, 2023, p.1)

A autora discute as costuras entre o engendramento da teoria e seu vínculo com as linhas de força dominantes e sugere compreender a teoria situando sua anatomia “no lugar da política, ou seja, no campo de relação e da negociação com o outro” (Rivera, 2023, p. 4).

Ademais, Rivera (2023) destaca que aos atos falhos, atos sintomáticos, chistes que comparecem ao longo de cada análise é importante considerar as construções fantasísticas particulares que revelam posições de poder como superioridade e inferioridade. Essas

formações do inconsciente não são meramente acessórias, mas apresentam o que há de essencial nessas elaborações. “O inconsciente não é, entre outras coisas, político (...) como muito diz claramente a fórmula lacaniana, ele é a *política* mesma” (Rivera, 2023, p. 4).

Assim, a partir do final dos anos 1960 novas formulações teóricas conflitam com a autoridade paterna, especialmente impulsionadas pela "revolução dos costumes sexuais", notável na década de 1960 com o movimento de Maio de 1968 em Paris (Pombo, 2018). “O movimento de 1968 foi, de modo geral, uma revolta antiautoritária, que contribuiu concretamente para a modificação das relações entre os sexos e do lugar do pai da dinâmica familiar.” (Pombo, 2018, p. 449).

Segundo a autora, o movimento feminista merece destaque, sobretudo em suas conquistas no sentido da separação entre sexualidade e reprodução, e entre erotismo e maternidade. A contracepção, com a invenção da pílula anticoncepcional, e a despenalização do aborto na década de 1970, na França, permitiram um novo controle da mulher sobre sua atividade sexual e seu papel na procriação.

As formulações teóricas pensadas pelo movimento feminista contestam o patriarcado em três ondas distintas. A primeira onda do feminismo, denominada "feminismo da igualdade" perdurou até meados do século XX e ganhou destaque no cenário psicanalítico dos anos 1920 ao questionarem as bases patriarcais que consideravam presentes nos conceitos freudianos do complexo de Édipo e na posição subjugada atribuída à mulher em sua obra. A segunda onda feminista, conhecida como “feminismo das diferenças” se estendeu até os anos 1980 e consistia em focar a mulher em si mesma e exaltar as particularidades do corpo feminino foram destacadas, refletindo-se nos âmbitos discursivo, jurídico, político e econômico. Nos anos 1990, emergiu a terceira onda do feminismo, que passou a questionar o mecanismo que validava determinadas expressões da sexualidade, rejeitando aquelas que não se encaixavam na norma estabelecida (Cossi, 2018).

Sobre o percurso histórico do movimento feminista, importa destacar uma divisão dentro do feminismo psicanalítico. Segundo Cossi (2018), a abordagem anglo-saxônica, baseada na teoria das relações de objeto, buscava desafiar o poder patriarcal por meio de mudanças na estrutura familiar, nas dinâmicas de trabalho e nos fundamentos ideológicos dos gêneros, a vertente francesa enfatizava a importância da linguagem e de seu impacto no contexto social. Essa linha francesa visava revelar e derrubar os mecanismos discursivos patriarcais que impediam a redefinição do papel da mulher nessa esfera social.

As lutas e conquistas feministas têm desafiado o patriarcado ao questionar as relações entre pais e filhos, a autoridade paterna, as liberdades de gênero, as formas de violência simbólica e sexual contra as mulheres, as normas da sexualidade e as concepções de subjetividade. Nesse contexto, a psicanálise, ao abordar a ligação entre o complexo de Édipo, o papel do pai e as diferenças nos caminhos edipianos entre homens e mulheres, torna-se um tema central nas discussões propostas pelas críticas feministas (Pombo, 2018).

Ao escrever sobre a crise da masculinidade, Iaconelli (2023) nos ajuda a organizar a identidade masculina a partir dos processos de identificação e representação sociais como homem não chora, homem não fala sobre suas emoções, ser homem é ser suficiente. Nessa estrutura social patriarcal, o homem ocupa o domínio do Outro e do pensamento simétrico fundamentado em razão, proporção, previsão, clareza e coerência. Por outro lado, à mulher é atribuído o oposto: a falta de reflexão, a imoderada, a irracionalidade, o mistério e a falta de conexão. Enquanto o homem é associado ao nobre mundo das ideias e tem controle sobre o discurso, o espaço da mulher é definido pelo corpo desobediente que está ligado à esfera da natureza (Cossi, 2018).

A pré-determinação a-histórica desse contexto é resultado de uma estratégia política destinada a manter o poder nas mãos dos homens: priva-se a mulher do acesso a uma dignidade ontológica baseada em seus próprios termos. Ela é definida pelo homem, tanto em

sua identidade quanto em suas ações; é sua versão negativa, já que funciona como a exclusão essencial dentro da estrutura masculina.

Em outras palavras, a reflexão sobre si mesmo enquanto homem e a construção da masculinidade são reflexos de uma feminização da própria ideia de masculinidade. Neste ponto, é possível notar uma conotação pejorativa ao se considerar o feminino como algo frágil e inconsistente.

Em resumo, a construção da identidade masculina baseada na ideia de superioridade e estabilidade (Iaconelli, 2023) é questionada pelos estudos feministas e de gênero. Ao se inserir nas narrativas convencionais, a masculinidade se vê sem recursos para sustentar seus argumentos. Isso ocorre porque nunca questionou sua própria essência, apoiando-se na "suposta assimetria entre os sexos, que presumia o desejo das mulheres como insondável, enquanto o do homem seria inteligível e a identidade masculina, estável" (Iaconelli, 2023).

Essa lógica de exclusão continua a promover narrativas de marginalização e violência, como demonstrado a seguir.

Dois fatos do ano de 2023 ajudam a ilustrar como as narrativas políticas e a noção de moral realizada por um número de participantes de religiões cristãs sustentam as histórias estruturadas pelas ideias inventadas pelo patriarcado. O primeiro deles é a morte de Karol Eller, 36 anos, ativista política de direita participante de um processo denominado como cura gay.

Abertamente lésbica e estreitamente ligada a uma narrativa política conservadora das tradições sociais e culturais, Eller declarou que deixaria de ser lésbica e, para isso, participaria de um processo de conversão. No entanto, ao anunciar sua morte em rede social, diz que “perdeu a guerra”⁴. O suicídio, causa da morte da ativista, sugere um sofrimento psíquico suscitado por valores morais e religiosos, cunhados nos valores da tradição

⁴ Poder 360. “Morre Karol Eller, 36 anos, influenciadora lésbica pró-Bolsonaro” Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/morre-karol-eller-36-anos-influenciadora-lesbica-pro-bolsonaro/>.

patriarcal, e resgata a ideia de abjeção trazida anteriormente.

O segundo fato é a apresentação do Projeto de Lei 5167/09 e seu objetivo de vetar a casais homoafetivos direitos civis, como a união estável e casamento, e deslegitimar, por consequência, essas relações enquanto familiares, como as vivenciadas por pessoas cis-heteronormativas. Em tramitação na Câmara do Deputados, no Projeto de Lei aprovado pela Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, a relatoria apresenta argumentos bíblicos e biológicos para justificar seu pleito e menciona como “lamentável” a saída da homossexualidade do DSM, em 1973.⁵

Um último dado nos ajuda a complementar os fatos anteriores e corroboram para as reflexões sobre os efeitos da lei e da norma na regulação dos sujeitos: a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) divulga, em 08 de maio de 2023, a morte de 46 pessoas trans e travestis no Brasil no primeiro quadrimestre deste ano, sendo 45 mulheres trans e travestis e 1 homem trans.⁶

As notícias apresentadas parecem compartilhar de um mesmo fio condutor se pensarmos, como ponto de partida, em moral religiosa, moral sexual, preservação de um pensamento tradicional e a precarização de possibilidades de experiências afetivas fora da normativa sexo/gênero. Há uma investida na retirada de direitos civis e humanos por parte dessa normativa que evidencia a homossexualidade e a transexualidade como condição de doença e afirma as mortes de pessoas transexuais enquanto representações de um discurso patriarcal, unísono e inconsciente.

Tal investimento se aproxima daquilo que Rivera (2023) sintetiza sobre percurso edipiano ao escrever sobre a alta estima que os meninos atribuem ao pênis, em que “tal

⁵ Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/noticias/1006272-comissao-aprova-projeto-que-proibe-o-casamento-entre-pessoas-do-mesmo-sexo/>. Acesso em: 10 out.de 2023.

⁶ Disponível

em: <https://queer.ig.com.br/2023-05-08/46-pessoas-trans-travestis-morreram-em-2023-aponta-antra.html>. Acessado em 16 de out. de 2023

estima refletiria-se ‘naturalmente’, escreve Freud, ‘em sua incapacidade de imaginar uma pessoa semelhante a ele que seja desprovida desse constituinte essencial’ (Freud, 1908/2015, p. 399)” (Rivera, 2023, p.8).

Desta forma, compreendemos, com base na afirmação de Dunker (2020), que o inconsciente é o espaço onde se originam os processos subjetivos, para onde escapam os significantes que estruturam, moldam e proíbem os desejos do indivíduo, conforme nos ensinou Freud (1900/1996). Esse é também o local onde se constitui o Outro, uma vez que o desejo insatisfeito do sujeito busca no Outro um novo desejo, e o sujeito se aliena na demanda (Ferreira, 2014).

Portanto, estabelece-se uma relação hierárquica entre o sujeito e o Outro, bem como entre o sujeito e o patriarcado. Essa dinâmica organiza os âmbitos sociais, políticos e de sexo/gênero, controlando seus corpos e garantindo o funcionamento das normas e leis em prol de uma normalidade institucional. As interações entre o sujeito e o Outro, e entre o sujeito e o patriarcado, "determinam o que o sujeito pensa, expressa, sente e realiza" (Quinet, 2012, p. 1), englobando as relações de poder e o controle social dos corpos.

A ideia de um corpo inserido em uma cultura cis-heteronormativa seria, então, de um corpo domesticado que ocupa “a condição de objeto de disciplina e controle multiplicado em formas ordenadas de saber-poder” (Carrenho et. al, 2018, p. 84). A transexualidade questiona a ordem disciplinadora quanto aos seus processos de subjetivação, os quais conduzem a experiências de identificação com um outro inicialmente considerado como oposto e, por conseguinte, proibido.

Mais empenhado em perpetuar os processos de identificação masculina e patriarcal, o patriarcado atribuiu a si um lugar de relevância universal na formação da sexualidade e concentrou-se mais na reflexão sobre o feminino do que nos caminhos de seu próprio desejo. Essa lacuna nos remete ao que Ambra (2019) descreve: "É por meio da continuidade

(descontinuidade e contradições da) fala que se alcança a demarcação de um lugar (vazio e precário) de onde ela, de maneira ilusória, emergiria." (Ambra, 2019, p. 90).

Assim, o discurso do patriarcado encontra eco nas palavras de Ferreira (2014) ao afirmar que a compreensão da virilidade é tão enigmática quanto a da feminilidade, pelo menos em certa medida. Diante dessas circunstâncias, ambos os sexos estão nivelados em seus territórios de incerteza. Desse modo, há o enigma tanto da masculinidade quanto da feminilidade, ambos em situações comparáveis.

Ao problematizar o patriarcado, o psicanalista brasileiro Birman (2006) investiga "O esvaziamento da metáfora paterna na contemporaneidade" (Birman, 2006, p. 164), destacando essa questão como sensível ao contexto psicanalítico.

De acordo com o autor, o modelo de sexo único concebido no paradigma da diferença sexual tem no falo seu conceito central e a abordagem freudiana sobre a diferença sexual apresenta duas vias de resolução. A primeira delas implica a figura do masculino como primordial, "símbolo da perfeição como em toda a tradição do patriarcado" (Birman, 2006, p. 176). Na segunda via, o psicanalista brasileiro explica que o símbolo primordial estaria na feminilidade, revertendo a tradição patriarcal. Nesse cenário, Birman (2006) analisa que "as figuras do masculino e do feminino seriam defesas articuladas em torno do falo contra a feminilidade primordial, de modo que a feminilidade residiria no âmago do erotismo e seria a forma fundamental de subjetivação" (Birman, 2006, p. 176).

A análise do psicanalista brasileiro reitera a vulnerabilidade do patriarcado diante das questões relacionadas à feminilidade. Se esta é considerada primordial, inverte-se a tradição estabelecida. Se é vista como um elemento secundário, questiona-se o falo a partir de seu erotismo. Essa formulação encontra respaldo no discurso da histérica, que ao desejar o desejo do Outro, demanda do seu mestre um conhecimento ainda não completo ou não contemplado por ele. Seguindo a linha de pensamento apresentada na conferência sobre a histeria de Jorge

(2021), o discurso da histérica é aquele que impulsiona o progresso de um saber ao revelar para o mestre (ou a estrutura vigente, patriarcal) as lacunas em seu discurso.

Nesse sentido, o horror ao feminino desejante acompanha o discurso patriarcal desde, pelo menos, a Idade Média. Sobre esse argumento, Birman (2006) esclarece que "a feminilidade, repudiada, tornou-se de maneira evidente objeto de horror tanto para homens quanto mulheres, devido à sua condição imperfeita e obscura, sendo constantemente menosprezada pela tradição ocidental em nome da perfeição fálica" (Birman, 2006, p. 177).

A compreensão sobre o desejo insatisfeito é uma demanda que se direciona à mulher (Iaconelli, 2023), levantando a indagação sobre a existência de um espaço na psicanálise para abordá-la em sua singularidade, sem recorrer à comparação com o homem ou à construção de um cenário fantasioso por ele estabelecido (Cossi, 2018).

Portanto, a investigação sobre o feminino acaba por velar as faltas da masculinidade e do discurso patriarcal quando a mulher é adjetivada enquanto inconsistente ou insincera

A importância do fator da superestimação sexual pode ser mais bem estudada no homem, pois apenas sua vida amorosa se tornou acessível à pesquisa; a da mulher ainda está envolvida numa obscuridade impenetrável, em parte devido ao estiolamento causado pela civilização, em parte devido à convencional reserva e insinceridade das mulheres (Freud, 1905/2016, p.43).

No entanto, a psicanálise freudiana nos instruiu que a histeria é a estrutura fundamental do sujeito, na qual masculino e feminino, homem e mulher, se encontram desamparados (Jorge & Travassos, 2017). Assim, os processos de subjetivação do masculino e do feminino estão entrelaçados pelas inquietações resultantes do desejo insatisfeito.

A reivindicação histórica por um conhecimento sobre o ser mulher, enquanto o Outro sexo, levanta a ideia de que o impossível é atribuído predominantemente às mulheres. Isso

cria a ilusão de que é possível dizer tudo sobre o homem e de que o real não se apresenta para ele, como se ele não estivesse sujeito à experiência da castração. (Ferreira, 2014)

O questionamento da histórica sobre o desejo insatisfeito e as lacunas presentes no Outro encontram lugar em Quinet (2012). Ele descreve o Outro não como um universo completo, mas como um espaço permeado pela falta - uma lacuna essencial que impede que seja concebido como um conjunto total de todos os significantes. Esta deficiência, paradoxalmente, sugere a inexistência do Outro, já que sua condição lacunar compromete sua consistência. Dentro do âmbito do inconsciente, o discurso do Outro sempre se encontra carente de um último significante que poderia conferir um sentido definitivo à vida, à história e às questões do sujeito (Quinet, 2012).

Ao refletir sobre a experiência da transexualidade no sujeito contemporâneo, Pombo (2021) nos diz que essa parece ser menos marcada pela culpa e conflito psíquico do que era na modernidade. Segundo a autora, isso se justifica pelo fato de a cultura contemporânea ser mais tolerante em relação à diferença e fortemente hedonista. O hedonismo sugere que os indivíduos podem, e devem, obter prazer e expressar seus desejos singulares, o que confere menor importância à forma que se dará a satisfação de suas pulsões. (Pombo, 2021, p. 93)

É discutível a interpretação de Pombo (2021), sobre uma maior tolerância contemporânea à diversidade cultural. Isso se evidencia nas experiências vividas na transexualidade, conforme descritas no mais recente dossiê da ANTRA (2023), apresentados na introdução deste trabalho. Os dados compilados neste documento contradizem o argumento de uma crescente tolerância à diferença na cultura contemporânea. Ao contrário, os dados sugerem que a dissidência sexual ainda é assimilada como algo passível de ser violentado em nossa sociedade.

O argumento de Freud, de que há “um corpo libidinal polimorfo e inconsistente” (Safatle, 2017, p. 23) anterior ao corpo que se inscreve nos processos de socialização

explicaria as razões pelas quais a socialização reprime as manifestações de desejo.

Compreende-se, então, que a trilha atravessada pelo corpo ao ter seus desejos delineados compulsoriamente pelos perímetros institucionais que o atravessam é uma trilha orientada por regras, normas e condutas.

Os desejos reprimidos perpetuam “relações de agressividade profunda contra aquilo que serve de ideal. Há um preço a pagar para ser um Eu” (Safatle, 2017, p.23). Nessa esteira, o alto custo de ser um indivíduo consciente de si e das implicações resultantes das dinâmicas de socialização nos leva a cogitar quais os desafios e impasses éticos, sociais e psíquicos vivenciados nas transexualidades e refletir sobre os desejos recalcados presentes no patriarcado que agenciam tais relações de agressividade. Enquanto estruturas rígidas, os marcadores do patriarcado ficam diluídos com a performatividade experienciada nas transexualidades que rompem com os códigos inseridos na máxima “azul para meninos e rosa para meninas”⁷.

É possível, portanto, traçar um paralelo com a reflexão de Han (2018) sobre o sujeito que abandona seu lugar de sujeição ao ser atravessado por uma experiência que o faz romper com o que está posto, o que chama de acontecimento:

Os acontecimentos são viradas nas quais se realiza uma inversão, uma subversão da dominação. Um acontecimento dá lugar a algo que faltava no estado anterior. Ao contrário da vivência, a experiência se baseia numa descontinuidade, significando transformação (Han, 2018, p. 106).

Em contrapartida, há de se levantar a hipótese de sofrimento psíquico quando esse sujeito rompe com as normas vigentes. Entendida enquanto agente regulador, a norma implica na sujeição das pessoas transexuais travestis e trans não-binárias a marcadores que

⁷ A frase foi proferida pela ex-ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos e atual senadora Damares Alves, em 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/menino-veste-azul-e-menina-veste-rosa-diz-damares.shtml>. Acesso em: 29 mai. de 2023.

regulam os corpos a partir de seus signos organizadores. Por esse lado, essas populações seriam estrangeiras em sua própria língua, o que por si só já seria uma modalidade de sofrimento. Por outro lado, na “quebra da certeza dominante” (Han, 2018, p. 106), uma outra língua é inaugurada.

Ao serem vistas como agentes reguladores, as normas implicam a sujeição de pessoas transgênero, travestis e não-binárias a marcadores que controlam seus corpos em padrões pré-estabelecidos. Nesse sentido, essas populações podem sentir-se estrangeiras em sua própria língua, o que por si só já seria causa de sofrimento. No entanto, ao romper com a certeza dominante, uma nova forma de expressão surge, inaugurando uma outra linguagem. Poderia residir na liberdade de criar uma nova expressão para si algum tipo de sofrimento psíquico?

Carrenho *et al.* (2018), sintetizam Butler e escrevem: “O sujeito sempre assume uma forma corporal. Para tanto, identificações são estabelecidas e a função do reconhecimento aqui é fundamental” (Carrenho *et al.*, 2018, p. 94). Não muito distante da constituição do sujeito para a psicanálise em que “o eu é sobretudo corporal, não é apenas uma entidade superficial, mas ele mesmo a projeção de uma superfície” (Freud, 1921/2011, p.23).

Ao cunhar a ideia de abjeção, Butler (citado por Carrenho *et al.*, 2018, pp. 93-94), pensa que para existir um grupo dominante, um outro deve faltar - seja pela culpabilização ou pela inadequação à norma. Nesse passo, a abjeção desempenha um papel importante na formação de identidades sociais, demarcando os limites do que é aceitável em uma cultura específica. A abjeção seria uma forma de violência simbólica utilizada para manter as hierarquias sociais e reforçar normas de gênero, sexualidade e outras categorias identitárias. A abjeção não é inerente a certos corpos ou identidades, mas construída por meio de processos sociais e discursivos.

. De acordo com Carrenho *et al.* (2018), Butler discute o papel da abjeção na formação de identidades sociais, estabelecendo os limites do que é considerado aceitável em determinada cultura. A abjeção seria, portanto, construída por meio de processos sociais e desempenharia um papel questionador nos processos de identificação e subjetivação.

Os corpos abjetos, ao mesmo tempo que dão consistência ao conjunto “humano”, ameaçam as fronteiras, renovam a perturbadora possibilidade do retorno do abjeto ao interior dos próprios termos da legitimidade discursiva, o que os desintegraria, provocando posteriores rearticulações. Como a materialização do corpo nunca se dá por completo, são necessárias infundáveis reiterações como trabalho repetitivo de normatização. As instabilidades abertas por esse processo inauguram um domínio no qual a força da lei regulatória simbólica pode se voltar contra si mesma (...) nesse processo de repetição, ressignificações podem trazer o novo. (Carrenho *et al.*, 2018, p. 94)

A negação do reconhecimento das transexualidades acarreta o sofrimento (Carrenho *et al.*, 2018). Quando consideramos a crise da liberdade, conforme discutido por Han (2018), surge a ideia de uma transformação no paradigma político onde a submissão dá lugar à possibilidade de viver de forma livre. O surgimento do sentimento de liberdade colocaria, portanto, o indivíduo em uma nova perspectiva de coerção. De acordo com o autor: “O eu como projeto, que acreditava ter se libertado das coerções externas e das restrições impostas por outros, submete-se a coações internas, na forma de obrigações de desempenho e otimização” (Han, 2018, p.09).

Conclui-se que a transexualidade, pensada a partir da perspectiva do feminino, do estranho e avesso à norma, sofre os impactos dos agenciamentos dos desejos do Outro e do patriarcado por solicitar algo próximo ao impossível mas que também é muito cara a psicanálise: a revogação do discurso patológico normatizante a partir da desarticulação entre

sexo anatômico e experiência de gênero. Os estudos de gênero possibilitam visualizar as tensões conservadas pela prática psicanalítica no decorrer dos anos e as vulnerabilidades contidas nesse movimento de preservação. Ademais, ainda que territórios distintos, estudos de gênero e psicanálise se encontram quando oferecem a possibilidade de pensar o sujeito sobre sua história singular.

Quando estrangeiras em sua cultura, nos contextos sociais e políticos, as transexualidades possibilitam o surgimento de uma modalidade de ser no mundo que reclama um saber teórico, prático, social que necessita ser revisitado. Han (2018) diz que o novo acontecido dá origem a uma outra língua, e por conseguinte, dá lugar a algo que faltava no estado anterior. Ao transitar pelos espaços de falta e de impossibilidades, as transexualidades e os estudos de gênero apontam para uma articulação que procura escapar das produções de sofrimento psíquico que agenciam, adoecem e exterminam o que é não compreendido pela norma.

Aproximações entre estudos de gênero e psicanálise

O capítulo final deste trabalho objetiva apresentar uma síntese da pesquisa bibliográfica central de seu desenvolvimento, as aproximações entre estudos de gênero e psicanálise. Nas bases de indexação de periódicos científicos, as palavras-chave transexualidade, psicanálise, estudos de gênero e patriarcado foram utilizadas na finalidade de localizar escritos acadêmicos que discutem os encontros e as discordâncias entre a produção teórica em psicanálise e a perspectiva dos estudos de gênero. A síntese aqui apresentada não tem como objetivo encontrar soluções para questões que se desenrolam há mais de meio século e sim refletir junto com a pesquisa bibliográfica sobre as afinidades elegíveis entre psicanálise e transexualidade na produção teórica contemporânea, no Brasil. E, soma-se, assim as aproximações feitas entre estudos de gênero, transexualidade e psicanálise no decorrer deste trabalho.

Para iniciar o diálogo é necessário recuperar o percurso das três ondas do feminismo, apresentadas no capítulo anterior, em interface com a psicanálise, uma vez que o pensamento feminista inaugura os estudos sobre gênero e o debate sobre a posição da mulher, ou do feminino, na psicanálise. Assim como é necessário contextualizar o leitor que o termo gênero é forjado pela psicanálise, no final dos anos 1960. Antes de prosseguir, cabe resgatar que a ideia de feminino trazida ao longo do trabalho, em especial no segundo capítulo, se articula àquilo que é estranho, desconhecido e, portanto, ocupa um lugar abjeto no discurso do Outro e do patriarcado pela ausência de reconhecimento desse pela diferença e que o mesmo ocorre na transexualidade.

Antes dos anos 1970, há um primeiro momento ambivalente entre psicanálise e estudos de gênero em que as discussões estão centradas no Complexo de Édipo e na diferença

sexual. Segundo Santos (2019), as teóricas feministas argumentam que a travessia edipiana proposta pela psicanálise freudiana é uma representação inconsciente das formas de dominação masculina. O questionamento central é que a insuficiência de trabalhos sobre a sexualidade feminina em um Édipo que se debruça sobre a sexualidade masculina agencia a naturalização da organização patriarcal da sociedade. Descreve a autora que a retórica psicanalítica da época parecia se localizar entre “insistir no fato de que a crítica feminista é o produto de um ‘desconhecimento’ da realidade da inveja do pênis e da organização falocêntrica da vida psíquica ou tentar estabelecer teorias do desenvolvimento feminino distinta ao pensamento de Freud” (Santos, 2019, pp.20-21).

No segundo momento, no final dos anos 1970, psicanalistas reclamam a titulação feminista e autoras importantes como Luce Irigaray e Julie Mitchell discutem sobre a importância da psicanálise no pensamento sobre o funcionamento psíquico ao considerar o contexto histórico em que a psicanálise freudiana surge (Santos, 2019). Destaca-se que nesse período há a discussão sobre as consequências psíquicas de outros arranjos de parentalidade - que aqui entende-se como arranjos não heteroafetivos - nos sujeitos. Percebe-se uma aproximação de caráter patológico na discussão sobre consequências, numa relação de causa e efeito, quando arranjos familiares divergentes a norma heteroafetiva suscitam consequências psíquicas nas pessoas que participam desses arranjos.

No final dos anos 1980 se inaugura o terceiro período de ambivalências entre psicanálise e estudos de gênero. Nesse período há uma retomada da discussão sobre as concepções de sexualidade e a problematização da definição do conceito de identidade pelos estudos de gênero. A partir dessa retomada surgem os estudos *queer* para pensar o sujeito enquanto uma “malha aberta de possibilidades, de lacunas, de sobreposições e dissonâncias, de lapsos e de excessos de sentido” (Santos, 2019, p. 21) onde o *queer* constrói a si a partir de

atributos dos gêneros masculino e feminino à sua maneira, rompendo com a narrativa patriarcal que demarca o que é permitido a um homem e o que pode uma mulher.

Santos (2019) sintetiza que apesar do engajamento de pesquisadores(as) no trabalho de repensar criticamente as posições normativas da psicanálise, poucos foram os efeitos desse trabalho no pensamento psicanalítico dominante. A autora afirma que o exercício não está em questionar a validade da psicanálise, mas sim pensar sobre seus pontos-cegos, como a questão normativa. No entanto, quando suas posições conservadoras em relação a mulheres, gays, lésbicas e sujeitos transgêneros são criticadas pelos estudos de gênero, feminismo e estudos *queer*, a psicanálise se isola “ao ser confrontada a outros discursos sobre a sexualidade” (Santos, 2019, p. 13).

Contudo, é a psicanálise que inaugura e apresenta a noção de gênero. Cossi (2014) elucida que o psiquiatra e psicanalista Robert J. Stoller é reconhecido tanto por seu trabalho com a transexualidade como por ter forjado a noção de gênero na psicanálise. Explica o psicanalista brasileiro que, em Stoller, o gênero é constituído por atributos psicológicos, históricos, sociais associados à masculinidade e à feminilidade. Essa noção define, por completo, a diferença entre sexo anatômico e identidade sexual⁸ em que a falta de correspondência entre esses dois aspectos é vista como não coerente e tomada por Stoller como patologia (Cossi, 2014).

Ao expor as teses stollerianas sobre a transexualidade, Cossi (2014) sintetiza que o psiquiatra contradiz as teorias freudianas sobre o desenvolvimento sexual como a bissexualidade originária, o caráter masculino da libido e a relevância do Complexo de Édipo na formação da identidade sexual. Cossi (2014) descreve que, em Stoller, a passagem pelo Édipo, por pessoas transexuais, é ausente uma vez que a masculinidade não foi plenamente

⁸ Destaca-se que, para este trabalho, a identidade sexual de Stoller é aqui compreendida como participante da sexualidade humana, uma vez que seus processos de construção são forjados a partir das relações entre o sujeito, seu semelhante e o Outro.

desenvolvida e há a permanência da relação mãe-filho pela falta de intervenção paterna.

Logo, pessoas transexuais masculinas afirmam que sua identidade sempre foi única, feminina. Em substituição a travessia do Édipo, uma das teses stollerianas propõe uma feminilidade primária, inicial e comum a todos e que “tal laço criaria um efeito feminino, que a menina não precisa superar, já que deve ser feminina, mas o menino sim, para se tornar masculino” (Cossi, 2014, p. 10).

De maneira sintética, destacamos outras duas teses de Stoller sobre a transexualidade apresentadas por Cossi (2014). A primeira argumenta um padrão na estrutura familiar do sujeito transexual onde a mãe, bissexual, de desejo parcialmente reprimido em ser homem, e deprimida, mantém seu filho, homem, bonito e gracioso, muito perto de si e impede que o pai rompa com esse enlace simbiótico. Na segunda tese, derivada da primeira, a mãe bissexual tem verdadeira devoção pelo filho e excede-se nos cuidados com o rapaz pelo alívio de sua solidão e depressão, mas há um detalhe, esse filho é o mais belo de todos.

A hipótese diagnóstica de Stoller para a transexualidade masculina é de um “distúrbio profundo no ego corporal da criança” (Stoller, 1982, p.54 citado por Cossi, 2014, p. 11) pelo sujeito se perceber como feminino apesar de ter conhecimento suficiente em ser do sexo masculino, apontando que tal condição não se trata de perversão ou psicose, mas sim de um distúrbio egóico (Cossi, 2014).

Destacamos as teses de Stoller para fazer uso delas como pontos de reflexão.

Ainda que a noção de gênero tenha surgido no campo da psicanálise, a compreensão stolleriana sobre gênero define, em absoluto, que o sexo atribuído ao sujeito, em seu nascimento, deve ser compulsoriamente correlato as narrativas sociais, históricas, culturais e psicológicas do gênero ao qual esse sexo anatômico pertence. Contudo, ao resgatarmos o pensamento freudiano sobre pulsão sexual temos que essa transita por destinos variáveis,

sendo aberta aos processos de mudança que possibilita ao sujeito se fazer existir modificando o que existe, o devir.

É relevante trazer à discussão uma interpretação adicional que se baseia na análise das teses de Stoller em relação aos questionamentos suscitados a partir da pesquisa bibliográfica. O relato sobre uma mãe bissexual e deprimida que manifesta uma vontade parcial de ser homem, caracterizando-se como bissexual, e que enxerga seu filho como a personificação da beleza suprimindo todas as suas necessidades, levanta questões importantes. As reflexões derivadas de nossa pesquisa observam a perpetuação de uma narrativa patriarcal e machista. Esta narrativa associa a depressão da mãe (mulher) à vontade parcial de ser homem, devido à bissexualidade, refletindo uma visão machista que considera o homem superior à mulher. Isso sustenta a argumentação de que a mulher deprimida anseia parcialmente em ser homem. Além disso, revela uma visão misógina quando o filho, tido como o mais belo, se aproxima tanto da mãe que, por simbiose, adquire características femininas. Está presente aqui a aversão ao feminino, em que a beleza feminina no homem faz com que esse se transexualize, juntamente com a concepção do patriarcado e sua semelhança com o discurso do Outro, exploradas no segundo capítulo desta pesquisa, que padroniza as possibilidades subjetivas e patologiza os sujeitos divergentes ao considerado coerente por essas perspectivas.

Com efeito, a manutenção do patriarcado como uma narrativa organizadora das estruturas sociais, culturais, políticas e, conseqüentemente, subjetivas, ainda comparece na atualidade, em narrativas cunhadas em uma ordem moral. Como abordado no capítulo anterior, as experiências subjetivas não-masculinas permanecem sujeitas ao domínio patriarcal. Em paralelo, resistem desenvolvendo seus próprios conhecimentos científicos e entendimentos sobre suas subjetividades. Isso resulta na criação de novas formas de saber que desafiam o *status quo* patriarcal.

Ao considerar a variabilidade da pulsionalidade e seus destinos e refletir sobre os processos de subjetivação na transexualidade desde a teoria freudiana temos que “para a psicanálise, a escolha objetal independente do sexo do objeto, a possibilidade de dispor livremente de objetos masculinos e femininos (...) parece ser a atitude original” (Freud, 1905/2016, pp. 34-35). Portanto, observam-se caminhos para refletir a transexualidade desde a psicanálise uma vez que a “história da psicanálise é a história do alargamento e da difusão de uma visão não patológica da vida sexual humana” (Santos, 2019, p. 13).

Sobre a intersecção entre transexualidades e psicanálise, Cunha (2016) reitera que a discussão permanece localizada na associação das experiências transexuais a transtornos patológicos ou estruturais, frequentemente entre os domínios da psicose e da perversão. Nesta última, a implicação excede a proliferação de sujeitos perversos sendo preocupante “a afirmação das performances trans como sintoma social de uma organização coletiva perversa (...) na qual os sujeitos estariam submetidos a uma ilusão de controle total sobre o corpo” (Cunha, 2016, p. 8). Implicação similar é apresentada por Jorge e Travassos (2017) quando argumentam que há uma epidemia de histeria provocada pelas relações sociais desde a transexualidade. Em Jorge e Travassos (2017), o efeito de proliferação da transexualidade e seu poder de contaminação - dado o sintagma *epidemia de histeria* -, deriva do discurso biomédico facilitador de mudanças no corpo da pessoa transexual por meio de terapias hormonais ou intervenção cirúrgica, sendo um caminho pragmático para uma resignificação de pessoas transexuais.

Conforme Cunha (2016), a discussão entre transexualidade e psicanálise suscita um debate moral sobre os limites da manipulação do corpo e da autonomia individual. Esse embate, permeado por códigos de conduta e formas de organização social, resulta na definição das transexualidades por meios psicopatológicos. Ao compreender o debate moral

como elemento central na discussão da sexualidade humana, para a psicanálise, o autor diz que há

algo da ordem de uma moral naturalista a subsidiar grande parte dos argumentos contrários, seja aos homossexuais, seja às performances de subversão da divisão binária de gênero, nos quais ocupa lugar proeminente a referência ao natural e ao limite a ser respeitado pelo homem e suas tecnologias diante da natureza e da vida (Cunha, 2016, p. 10).

Assim o autor sublinha que o lugar que as transexualidades ocupam ao pensar sobre si mesmas a partir de suas constituições subjetivas e das relações estabelecidas com seus corpos representa um desafio para a compreensão dessas experiências por parte de muitos psicanalistas. Cunha (2016) aponta esse como o primeiro ponto de impasse acerca do estatuto e do lugar da diferença sexual frente à questão da transexualidade. Ao afirmar a natureza lógica e estrutural da diferença sexual, a condição de completa indeterminação no campo da sexualidade, Cunha (2016) convida psicanalistas, seus pares, a pensar se é possível suportar essa indeterminação sem recorrer a normas hierárquicas para organizar as singularidades individuais.

Os apontamentos do autor nos convidam a refletir sobre a dualidade presente no estatuto do inconsciente.

É possível apreender do primeiro capítulo deste trabalho que a perspectiva freudiana define o inconsciente enquanto um reservatório das pulsões, dos desejos insatisfeitos e não realizados. Freud (1905/2016) nos ensina que os registros mais rudimentares da infância se localizam no inconsciente, onde também é possível encontrar os anseios recalçados, na vida adulta. Nos parece então que o inconsciente é atemporal e se reorganiza a partir das experiências do sujeito. Ambra (2016) explica que o inconsciente, na clínica psicanalítica, desconhece feminino e masculino por não haver reconhecimento da contradição.

Por outro lado, o inconsciente conserva os registros a ele atribuídos por meio da escolha do nome, no nascimento, da assimilação a um gênero pela marca anatômica, a constituição na diferença sexual, pela travessia edipiana, sendo organizado por uma outra narrativa que localiza os sujeitos como semelhante, que pode ser reconhecido com facilidade, o que está ao lado. Sendo o lugar onde o sujeito se aliena, aliena a seus desejos, frente a aceitação do Eu, como explicou Safatle (2017).

Reconhecer, ou conhecer novamente, implica em ter acesso aos mesmos códigos, as mesmas informações, compartilhar de uma mesma língua, estar ao mesmo lado em um determinado contexto cultural. Quando pensamos nas transexualidades no Brasil, o primeiro código é o número de assassinatos de pessoas transexuais que elenca o Brasil como o país que mais mata essas pessoas ao mesmo tempo em que é o país que mais consome conteúdo pornográfico transexual. A marca do gênero correspondente ao sexo anatômico permanece como importante registro no inconsciente. Essa mesma marca diferencia masculino e feminino, mulheres e homens. Caso o inconsciente fosse pensado a partir das possibilidades de seus arranjos estruturais e subjetivos, desconsiderando o apego a padrões previamente estabelecidos, seria possível pensar as transexualidades a partir de seus processos de subjetivação singulares desconsiderando narrativas patologizantes?

Aqui importa apresentar o dispositivo médico-terapêutico como participante das narrativas patologizantes. Para tanto, é preciso territorializar esse dispositivo no Brasil, contexto da pesquisa bibliográfica, em sua herança escravista, marcada pela marginalização e banimento social incentivada pela estrutura patriarcal (Cunha, 2022). As discussões sobre questões de gênero, com isso as transexualidades, no Brasil se concentram em uma parte do “território socioeconômico inacessível a travestis, homens e mulheres trans ou pessoas não-binárias” (Cunha, 2022, p. 170).

Esse aspecto é relevante para entender como a psicanálise, enquanto dispositivo terapêutico, se aproxima ao dispositivo médico, o mesmo dispositivo confrontado no surgimento da psicanálise. Cunha (2022) destaca essa semelhança ao apontar que a psicanálise associa as experiências transexuais a processos de disfunção e busca por conformidade. Conforme argumenta o autor, o dispositivo médico-terapêutico assume um papel de autoridade ao ocupar um lugar de poder. A figura do especialista é, então, a única “capaz de decifrar a experiência vivida pelo sujeito e enunciar uma verdade sobre o sujeito” (Cunha, 2022, p. 171). Resta ao sujeito duas opções, aceitar ou se submeter a essa verdade.

Ao confrontar a díade normal e patológica, Freud (1905/2016), sobre os fatores que incidem no comportamento sexual, elucida que “a pluralidade dos fatores determinantes (do contexto sexual) é refletida na diversidade de efeitos do comportamento sexual manifesto nos indivíduos” (Freud, 1905/2016, p. 35). Compreende-se do pensamento freudiano que a verdade dos sujeitos é efeito de uma organização política, cultural, histórica e, assim, agencia e é agenciada pelas leis de seu tempo. Os estudos de gênero e as experiências nas transexualidades parecem apontar os efeitos contemporâneos desses agenciamentos quais sejam a destituição da prática clínica que possibilita emergir à consciência o sujeito e seu inconsciente, a insatisfação frente a um saber teórico, nomeado por alguns pesquisadores como psicanálise cisnormativa (Ambra, 2016), e o reposicionamento desse saber a partir de sua trajetória histórica.

Ambra (2016) explica os termos cisgênero e cisnormativo a partir do prefixo latino *Cis*, que significa do mesmo lado. Cisgênero, em termos gerais, corresponde a pessoa cuja identidade de gênero corresponde ao sexo atribuído no nascimento. Cisnormativo é o recurso discursivo discriminatório que marginaliza as experiências das transexualidades ao sugerir que as vivências cisgêneras são mais saudáveis, naturais ou apenas normais. Assim, o artigo de Ambra (2016) se articula aos escritos de Santos (2019) e Cunha (2019;2022) ao discutir se

a psicanálise faz uso dessa narrativa discursiva que separa em saudáveis e não saudáveis, a partir de ordem moral e política, sendo sua prática discriminatória.

Nos chama atenção em Ambra (2016) os diversos modos da prática psicanalítica quando o autor considera que a psicanálise pensada como um conjunto hermético de teoria e prática é tão imprecisa quanto conceber que as experiências de pessoas transexuais têm as mesmas demandas e desejos. Com efeito, a psicanálise “enquanto conjunto de saberes e uma prática” (Ambra, 2016, p. 106) também é agenciada pelas articulações culturais, políticas, sociais e subjetivas, e sofre, assim, os efeitos de seu tempo. Os discursos subjetivos inconscientes que emergem na prática clínica acabam por apresentar lacunas na teoria, questões conceituais a serem exploradas e formalizadas para aprimorar a prática clínica (Pinheiro, 2022).

Conforme Ambra (2016), a diversidade dos discursos subjetivos assegura a impossibilidade de haver uma psicanálise única. Neste contexto, apesar de alguns psicanalistas considerarem a transexualidade uma condição patológica, isso não significa que representem toda a psicanálise. É relevante para este trabalho, assim como para o autor, refletir sobre a viabilidade de outras psicanálises - no plural pela impossibilidade de haver uma psicanálise única - para se afastar do familiar e conhecido, a cisgeneridade, considerada sinônimo de normalidade, e empreender um trabalho dedicado ao não-familiar e desconhecido, como a transexualidade, desvinculando a psicanálise de um contexto que privilegia a cisnormatividade.

Ao resgatar o percurso histórico da psicanálise, Ambra (2016) explica que o surgimento da psicanálise na cultura se deu pela oposição a um discurso normativo. Esse caráter subversivo da psicanálise implica em “descentrar o sujeito de um conjunto de crenças que ele ou ela tem tanto sobre si quanto sobre o mundo ao seu redor” (Ambra, 2016, p. 106). Assim, o descentramento do sujeito só é possível a partir do inconsciente em que a associação

livre e a atenção flutuante promovem a subversão - o descentramento - do sujeito daquilo que ele acredita saber - o conjunto de crenças - por meio da narrativa de seus sonhos, dos chistes, atos falhos e atos sintomáticos.

A visão não patológica da vida sexual humana (Santos, 2019) pelo descentramento do sujeito daquilo que ele acredita saber (Ambra, 2016) reafirma que a questão da transexualidade propõe um novo saber desarticulado do pretense saber psicanalítico sobre o sujeito (Cunha, 2022) e remonta a compreensão de Freud (1890/2018) sobre o uso das palavras

Palavras, como sabemos, são os mais importantes mediadores da influência que uma pessoa quer ter sobre a outra; palavras são bons meios para provocar transformações anímicas naquele a quem elas são dirigidas, e por isso não soa mais estranho quando se afirma que a magia da palavra pode afastar manifestações de doença, ainda mais aquelas que se originam em estados anímicos (Freud, 1890/2018, p. 31).

O pensamento freudiano destaca o papel fundamental das palavras e da fala como mediadoras nos conflitos entre o sujeito e seus agenciamentos com seu semelhante e com as estruturas que o organizam simbolicamente. São as questões singulares do sujeito frente às vicissitudes da vida que comparecem na clínica psicanalítica e convocam a releitura e a outras reflexões sobre as teorias psicanalíticas, articuladas aos efeitos históricos, culturais e políticos de seu tempo.

O debate atual sobre a transexualidade a considera como uma narrativa atualizada da histeria (Jorge & Travassos, 2017). Ao pensar sobre qual reclame faz a transexualidade à psicanálise e ao patriarcado, encontra-se a reivindicação pela ocupação de espaços de fala e escuta, de poder e saber, de possibilidade de elaboração de sentidos subjetivos como questionamentos centrais. O discurso normativo do patriarcado influencia a forma como as

transexualidades são percebidas, levando ao silenciamento e à violência como efeitos de sua organização central.

Contudo, Ambra (2016) compreende que para o trabalho analítico pouco importa a expressão de gênero do sujeito que se apresenta em análise. Importa a posição que o sujeito assume no discurso do Outro e como ele se aliena nesse discurso. A questão do gênero no trabalho analítico, explica Ambra (2016), se distancia da noção de conformidade ou não conformidade com o corpo biológico, sendo importante para a clínica psicanalítica as fantasias que encobrem a sexualidade do sujeito. Estudos de gênero e psicanálise são solidários no questionamento das noções biológicas-sexuais (Ambra, 2016). Assim como o inconsciente colapsa as noções de masculinidade e feminilidade por não perceber a contradição da diferença sexual, os estudos de gênero questionam as categorias sociais e as categorias sexuais onde o gênero representa uma ordem natural e cultural (Santos, 2019).

Ayouch (2015) explica que o gênero, para Bulter, assim como o sexo, é uma construção cultural e histórica. A anatomia não é um determinante, mas um produto fabricado. Dessa maneira, o gênero refere-se ao mecanismo de criação e instituição das diferenças sexuais, constituído por uma série de formas discursivas e culturais. Esses modos são responsáveis por criar e estabelecer uma suposta natureza sexuada ou um sexo natural em um domínio pré-discursivo que se supõe existir antes da cultura como uma área politicamente neutra na qual a cultura intervém apenas posteriormente.

Das aproximações entre estudos de gênero e psicanálise, observa-se que a noção de gênero, para os estudos de gênero, se aproxima dos agenciamentos do discurso do patriarcado ou do discurso do Outro sob o sujeito. As duas perspectivas teóricas concebem a descentralização do sujeito e sua reorganização tendo como referência os espaços alienantes do discurso.

Com efeito, estudos de gênero e psicanálise experienciam a recusa da possibilidade de um bem-estar integral, uma vez que o conflito psíquico é inato à existência humana (Porchat & Ofsiany, 2020). A discussão trazida por Porchat e Ofsiany (2020) aponta que as experiências da transexualidade, no discurso psicanalítico, encontram tanto narrativas que excluem a experiência singular de pessoas transexuais por não escutá-las e esvaziam a possibilidade do sujeito falante como encontram perspectivas psicanalíticas que privilegiam a questão da transexualidade. Sobre esse último aspecto, Porchat e Ofsiany (2020) e Ambra (2016) lançam luz sobre a natureza de uma prática psicanalítica que estranhamente se torna familiar ao se organizar formas de sofrimento e produzir verdades, por ser uma produção discursiva. A importância do alerta das autoras sinaliza que sempre estamos não-todas submetidas a essa prática e possibilita refletir sobre os limites discursivos da prática psicanalítica e de cada sujeito.

Ao reiterar o caráter paradoxal da psicanálise, Assuar e Polistchuck (2019) argumentam que para se estabelecer e preservar como um conhecimento subversivo e particular, a psicanálise inevitavelmente estabelece suas próprias normas, às vezes reivindicando o direito de ser o único discurso suficientemente subversivo para se opor a uma sociedade alienada.

Assuar e Polistchuck (2019) consideram que refletir sobre os limites entre a escuta psicanalítica e as transexualidades, como partes das questões de gênero, pode significar repensar que a psicanálise é um dispositivo teórico e clínico, fronteiro e interseccionado a outros estudos e saberes situados - como os estudos decoloniais - e que há, hoje, uma mistura dessas fronteiras. Assim, o que está em jogo é a transgressão do pensamento teórico, não a conservação de normas.

Neste contexto, este trabalho se soma ao pensamento das autoras quando aponta que a discussão que emerge nas aproximações entre psicanálise e estudos de gênero é sempre

não-toda, pois aberta às incertezas e estranhamentos que envolvem a diferença. Nessa perspectiva, é possível pensar que as interlocuções e os diálogos que incentivam a repensar esses campos do saber expandem esses mesmos campos pela produção de conhecimento.

Considerações finais

Tomarei a liberdade de fazer uma digressão sobre o percurso deste trabalho, procurando articular as noções apresentadas no trabalho a minha experiência tendo a associação livre como norte. Um percurso de tamanha importância mobiliza afetos vastos.

A proposta de examinar as transexualidades e seus processos de formação subjetiva a partir da ótica freudiana da sexualidade, envolve considerar as ramificações da alienação da transexualidade diante do discurso do Outro. A sujeição pela alienação objetiva e menospreza as experiências subjetivas na transexualidade, desde o consumo de conteúdo pornográfico transexual à resistência e, por vezes, a aversão sobre a produção científica feita por pessoas transexuais ou com o objetivo de repensar os territórios onde se localizam as transexualidades pela psicanálise.

Pensar sobre as possíveis articulações entre psicanálise e estudos de gênero foi uma travessia e ainda permanece a ser uma tarefa angustiante e solitária. O encontro com a academia para a discussão desse tema veio a suscitar mais tensionamentos e apontar pontos-cegos que propor um diálogo interseccionado que possibilitasse repensar a conservação ou a preservação de uma compreensão psicanalítica que, por vezes, escapa ao inaugurado pelo pensamento freudiano.

Contudo, as leituras de textos que participam da teoria clássica da psicanálise, em seus fundamentos basilares, articuladas as leituras contemporâneas que transitam entre estudos de gênero e psicanálise possibilitaram pensar alguns componentes da sexualidade freudiana. O campo do inconsciente, reservatório misterioso de desejos insatisfeitos, se mostra cotidianamente vestindo um grande disfarce. Ora naquilo que se escuta, ora onde se desliza, às vezes onde se faz uma piada e com frequência pelas ordenações simbólicas de um contexto, ainda em 2023, aniquilador de possibilidades de experienciar aquilo que se deseja ser. Do querer que há e do que não há em mim, canta Caetano.

Assim a pulsão ou a pulsionalidade encontra seus destinos e abre-se as possibilidades de vir a ser o que não se é, sendo o que se pode ser. E o que pode ser uma pessoa transexual? Não muito diferente de uma pessoa, homem, gay, pode-se ser tudo o que quiser, mas, para tanto, é preciso encontrar o furo, a brecha existente no discurso do patriarcado para dizer aqui onde me tomas, não sou. Quem sou? Vem comigo que a gente comunica um para o outro quem somos. Denuncio a ti e a mim.

Essa é a parte angustiante do processo: encontrar na teoria, na leitura dos textos os atravessamentos que marcam em mim a nomeada diferença sexual. Para que ela exista, assim como eu, foi pensada e assimilada por tantos outros. E com isso foi necessário me deparar e deslizar sobre os impasses e as interdições de um Outro que me é familiar mas não reconheço como fraterno. Desse grande acordo que salva os irmãos após o assassinato do pai num banquete que celebra que somos todos iguais, bem, nem todos são. Meu assento à mesa está vago.

Digo isso por pensar nesse percurso que me afronta e assusta mas que também comunica a mim que há um outro lugar que não nessa mesa para pensar sobre as reminiscências infantis adormecidas no inconsciente que tal qual criança quando desperta se comunica ativa e brincante com os conflitos psíquicos do adulto. Tudo é presente. O futuro, um enigma.

A todos que diziam, na minha infância, que eu era um bosta e não seria muita coisa por ser gay, bem, é sendo gay que estou aqui. E, antes de mim, porque sempre há uma estrutura anterior que nos organiza, as travestis e transexuais abriram caminho, levaram pontapés, foram assujeitadas - ainda seguem sendo - para que eu, enquanto homem gay viesse a ser mais normal que a-normal, a-fora do circuito normativo.

A beleza desse percurso foi pensar a vanguarda do pensamento freudiano quando recusa o discurso entre normal e patológico para pensar as subjetividades e os processos de

sofrimento psíquico. Normal ou não, aquilo que emerge à consciência pela fala, por esse código que nos localiza entre signos e significantes, é o que importa ao trabalho psicoterapêutico. É o que me traz até aqui e é a partir desse lugar que já me localizo para pensar junto com o outro semelhante sobre os agenciamentos e as alienações desse grande mestre. Não há normalidade no inconsciente porque ele desconhece a diferença. Indiferente à diferença, a elaboração do inconsciente entre signos e significantes, linhas, letras, desconhece que preto morre, que bicha morre, que travesti morre. A saída do inconsciente do sujeito é encontrar um caminho, um destino para isso que aperta, machuca, incomoda, tensiona e sufoca. E é isso, é nessa ingenuidade do inconsciente que desconhece as artimanhas desse outro inconsciente agenciador de experiências traumáticas, e no trabalho de descentralizar o sujeito para recalculá-la sua rota que eu quero estar.

A pesquisa bibliográfica aponta que os estudos de gênero, assim como os estudos *queer* e outros estudos situados incentivam a psicanálise a repensar sua teoria a partir daquilo que comparece na clínica. A clínica, soberana, no entanto atravessa um período em que uma parte dos profissionais que exercem a psicanálise pensam saber mais sobre o sujeito que o próprio sujeito. Mesmo que o sujeito desconheça sua própria casa, é nela que ele é forjado: onde não se pensa, é. Assim os sujeitos dão notícias sobre a casa que habitam. Assim outras partes de profissionais da psicanálise pensam o sujeito a partir daquilo que ele traz. Mas há de se ter o cuidado em não se apoderar de um discurso e fazer dele uma verdade. Se as pulsões se abrem aos devires, como escutar os sujeitos a partir de um discurso único? É preciso ter cautela sobre o discurso único.

E essa foi uma outra dificuldade encontrada no percurso de leituras entre psicanálise e estudos de gênero: não há resposta pronta porque o sujeito é não todo, incompleto, sem forma. Mesmo os mais altivos patriarcais são incompletos e insatisfeitos. Talvez por isso façam questão de assegurar um saber que nem deles é mais, vulneráveis que são. É como

caminhar por uma casa de espelhos com vários espelhos mostrando formatos de corpo diferentes - o corpo certo é o corpo que eu reconheço enquanto certo. Mas é só esse o certo? Assim, a conclusão deste trabalho é muito mais uma digressão sobre o percurso que uma resposta conclusiva uma vez que a sexualidade se refaz a partir de suas experiências e se renova. Aliás, há uma resposta, a necessidade de atualizar com regularidade a perspectiva teórica de maneira crítica. E isso se aprende a fazer com tempo, no exercício de diálogo entre os pares e às vezes com os não tão pares assim - talvez esteja sentando novamente no assento que deixei vazio no banquete.

Assim, neurotizei o que pude por desejar ser melhor do que sou capaz de ser (Ambrá, 2016). Mas houve também o entendimento que fui o que foi possível ser e que às vezes a gente só precisa fazer. É preciso desconfiar daquilo que o grande mestre diz que a gente não é por saber quem a gente é.

Ao desvincular seus pressupostos do discurso biomédico, a psicanálise compreende os processos de formação de subjetividade não como uma entidade estática, predeterminada e conclusiva, mas sim como um processo ativo e dinâmico, algo suscetível a transformações, que ultrapassa e questiona as normas estabelecidas (Gonçalves et. al, 2022).

Os processos de formação das subjetividades de pessoas transexuais, assim como das demais pessoas, se faz em uma articulação entre a ordem simbólica (leis e normas anteriores ao sujeito, frequentemente patriarcais) e como os sujeitos dão sentido a essas organizações simbólicas. Considerar a escuta do sujeito do inconsciente é deixar emergir à consciência o que se acredita estar encoberto quer seja a precariedade de suas vivências, a rejeição familiar, a falta de assistência médica e a exclusão social para escutar “o que se oferece naquilo que do sujeito é engano” (Lacan, 1985 citado por Jorge, 2022, p. 88) só é possível quando compreendemos quem é esse sujeito que fala, de quem, de onde e as razões pelas quais fala e a quem está endereçada sua fala.

Situar esse sujeito implica em reconhecer, por parte da psicanálise, as lacunas em sua teoria e prática, apresentadas pelos estudos de gênero e *queer*, em especial quando a psicanálise assimila, entre outros aspectos, o sexo biológico às expressões de gênero. As determinações sociais de gênero ganham destinos diversos a partir da pulsão e enquanto não determinadas e abertas ao devir, pulsões e categorias de gênero resgatam, ainda que de maneira difícil e trabalhosa, que todo sujeito se forma no interior de um regime de normas (Santos, 2019). Para nós fica o registro de que a transexualidade reclama uma escuta mais próxima sobre suas manifestações inconscientes acerca das normas que implicam na sujeição das pessoas transexuais a marcadores que regulam os corpos a partir de seus signos organizadores.

Referências bibliográficas

- Ambra, P. (2016). A psicanálise é cisnormativa? Palavra política, ética da fala e a questão do patológico. *Revista Periódicus*, 1(5), 101-120.
<https://doi.org/10.9771/peri.v1i5.17179>
- Ambra, P. (2019). O lugar e a fala: a psicanálise contra o racismo em Lélia Gonzalez. *SIG Revista de Psicanálise*, 8(1), 85-101.
- Arán, M. (2009). A psicanálise e o dispositivo diferença sexual. *Revista Estudos Feministas*, 17(3), 653–673.
- Assuar, G., & Polistchuck, L. (2019). Psicanálise e estudos de gênero - uma com-versa. In G. Assuar, L. V. Nunes & J. P. da Silva Jr. (Orgs.), *Psicanálise, Sexualidade e Gênero, Um Debate em Construção* (pp. 69-82). São Paulo, SP: Zagodoni Editora.
- Ayouch, T. (2015). Da transsexualidade às transexualidades: psicanálise e gêneros plurais. In: *Percurso: Revista de Psicanálise*, Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, Exigências da clínica e da cultura à psicanálise, (pp. 23-32). Recuperado de <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01498414>.
- Ayouch, T. (2015). *Psicanálise & Homossexualidades: Teoria, Clínica e Biopolítica*. Curitiba, PR: Editora CRV.
- Benevides, B. G. N., & Benevides, S. N. B. (Orgs.). (2023). *Dossiê dos assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022*. Brasília: ANTRA.
- Birman, J. (2006). Genealogia do feminino e da paternidade em psicanálise. *Nat. hum.*, 8(1), 163-180.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-2430200600100005&lng=pt&nrm=iso

- Carrenho, A., et al. (2018). O corpo como lugar de sofrimento social. In V. Safatle, N. da Silva Junior & C. Dunker (Eds.), *Patologias do Social: Arqueologias do sofrimento psíquico* (pp. 81-108). Belo Horizonte: Autêntica.
- Cossi, R. K. (2014). Desvinculação da Experiência Transexual do Diagnóstico Psicanalítico de Psicose. *Revista Psicologia e Saúde*, 6(1).
<https://doi.org/10.20435/pssa.v6i1.319>
- Cossi, R. K. (2018). Para uma representação não patriarcal do feminino. *Estudos Interdisciplinares Em Psicologia*, 9(3), 152–156.
<https://doi.org/10.5433/2236-6407.2018v9n3p152>
- Cunha, E. L. (2016). A psicanálise e o perigo trans (ou: por que psicanalistas têm medo de travestis?). *Revista Periódicus*, 1(5), 7–22.
<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/17172>
- Cunha, E. L. (2022). A multidão dAS diSSidênciAS de Gênero e A clínicA pSicAnAlíticA. *Tempo Psicanalítico*, 54(2), 161-180.
- Dunker, C. (2020, fevereiro 19). O esquema L de Lacan. Falando nIsso 263 [Vídeo]. YouTube. <https://youtu.be/mrs2-XO3OcA?si=bMYwm1f9J77ez5Lh>
- Dunker, C., & Cossi, R.K. (2022, outubro 26). A diferença sexual na psicanálise. [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=MIWdHiBizWw>
- Dunker, Christian et al. (org.). *Sonhos confinados: O que sonham os brasileiros em tempos de pandemia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- Ferreira, N. P. (2014). *Histeria: o caso Dora*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- Freud, S., & Breuer, J. (1893-1895/2016). *Estudos sobre a histeria*. (L. Barreto, Trad.). Companhia das Letras.
- Freud, S. Tratamento psíquico (Tratamento Anímico) (1890). In: _____.
Fundamentos da Clínica Psicanalítica. Tradução: Claudia Dornbusch. Belo

- Horizonte: Autentica, 2018. pp. 19-46. (Obras incompletas de Sigmund Freud, volume 6)
- Freud, S. (1900). A interpretação dos sonhos. In: _____. Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (Vol. IV, edição standard brasileira). Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- Freud, S. Três ensaios sobre a Teoria da Sexualidade (1905). In: _____. Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade, Análise Fragmentária de uma Histeria ("O Caso Dora") e Outros Textos. Tradução: Paulo César de Souza São Paulo: Companhia das Letras, 2016. pp. 13-172. (Obras completas de Sigmund Freud, volume 6)
- Freud, S. (1921). Psicologia das massas e análise do eu. In: _____. Obras completas, volume 15. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- Han, B.-C. (2018). Psicopolítica - O neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Belo Horizonte: yiné.
- Iconelli, V. (2023, 13 de novembro). Um homem pra chamar de seu. Folha de São Paulo. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vera-iaconelli/2023/11/um-homem-pra-chamar-de-seu.shtml>
- Jorge, M. A. C. Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan: Vol 1: As bases conceituais. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022
- Jorge, M. A. C., & Travassos, N. P. (2017). A epidemia transexual: histeria na era da ciência e da globalização?. Revista Latinoamericana De Psicopatologia Fundamental, 20(2), 307–330.
<https://doi.org/10.1590/1415-4714.2017v20n2p307.7>

- Lameira, V. M.; Costa, M. C. S.; Rodrigues, S. M. Fundamentos metodológicos da pesquisa teórica em psicanálise. *Revista Subjetividades*, 17(1), 68-78, 2017.
- Laqueur, T. (2001). *Inventando o Sexo - Corpo e Gênero dos Gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Lionço, T. (2006). *Um Olhar sobre a Transexualidade a partir da Perspectiva da Tensionalidade Somato-Psíquica*. [Tese de Doutorado, Universidade de Brasília].
- Lionço, T. (2019). *Reinventar a psicologia para a redescrição da humanidade: reflexões sobre intersexualidade, transexualidade/travestilidade e cisgeneridade*. In Ferrão, D. Carvalho, L.H. Coacci, T. (Orgs.), *Psicologia, gênero e diversidade sexual: saberes em diálogo*. Belo Horizonte: Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais.
- Nápoli, L. (2021, novembro 7). *Por que a Psicanálise Dá Tanta Importância à Sexualidade?* [Vídeo]. YouTube.
<https://www.youtube.com/watch?v=HhpFPHPtysU>.
- Organização Mundial da Saúde. (2019). *ICD-11 Reference Guide*. Genebra: OMS.
Disponível em inglês em: <https://icd.who.int/icd11refguide/en/index.html>.
- Padilha Netto, N. K.; Cardoso, M. R. (2012). *Sexualidade e pulsão: conceitos indissociáveis em psicanálise?* *Psicologia em Estudo*, 17(3), 529-537, jul./set. 2012.
- Pereira, O. P.; Timm, B. F.; Fukuda, C.; Carlos, L. A. S. (2015). *A condição de abjeção e a perpetuação das vulnerabilidades e das violências contra travestis e mulheres transexuais: dados da realidade do DF*. In O. P. Pereira (Org.), *Saúde mental, ética e política* (pp. 52-77). São Paulo: Paço Editorial.

- Pinheiro, N. N. B. (2019). Pesquisa em Psicanálise na Universidade: seguindo o método freudiano. *Analytica: Revista de Psicanálise*, 8(15), 1-11.
- Pombo, M. (2018). Crise do patriarcado e função paterna: um debate atual na psicanálise. *Psicologia Clínica*, 30(3), 447-470.
<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=291057932004>.
- Pombo, M. (2021). *A diferença sexual em mutação: Subversões queer e psicanalíticas*. Curitiba: Calligraphie.
- Porchat, P. (2014). A Transexualidade Hoje: Questões para Pensar o Corpo e o Gênero na Psicanálise. *Rev. Bras. Psicanálise*, 48(4), 115-124. Disponível em:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2014000400011&lng=pt&nrm=iso. Acessos em 06 out. 2023.
- Porchat, P., & Ofsiany, M. C. (2020). “Quem habita o corpo trans?”. *Revista Estudos Feministas*, 28(1), e57698.
- Preciado, P. B. (2022). *Eu sou o monstro que vos fala: Relatório para uma academia de psicanalistas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- Quinet, A. (2012). *Os Outros em Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Ribeiro, S. (2019). *O oráculo da noite: a história e a ciência do sonho*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Santos, B. (2019). *Sexualidade se traduz? — Um diálogo entre a psicanálise e os estudos de gênero*. In R. K. Cossi (Organizador), *Faces do sexual, fronteiras entre gênero e inconsciente*. (pp. 13-32). Aller Editora: São Paulo.
- Sedat, J. (2011). *Compreender Freud*. 1ª ed. São Paulo: Edições Loyola.
- Stona, J., & Carrion, F. (2021). *O Cis no Divã*. 1ª edição. Salvador: Editora Devires.

